

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM  
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO PARA O  
ACERVO FOTOGRÁFICO DO CENTRO DE  
PESQUISAS GENEALÓGICAS DE NOVA PALMA-RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Flávia Pozzebon**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

**ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO PARA O ACERVO  
FOTOGRAFICO DO CENTRO DE PESQUISAS  
GENEALÓGICAS DE NOVA PALMA-RS**

**Flávia Pozzebon**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em  
Patrimônio Documental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural.**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Blaya Perez**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO PARA O ACERVO  
FOTOGRAFICO DO CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS DE  
NOVA PALMA-RS**

elaborada por  
**Flávia Pozzebon**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Carlos Blaya Perez, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr. (UFSM)**

**Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, 22 de janeiro de 2013.

## DEDICATÓRIA



Fonte: Arquivo pessoal Flávia Pozzebon.

Título: Eu e meus pais.

Fotógrafo: Não identificado.

Data: 1984.

Local: Sobradinho/RS.

Personagens: (da esquerda para a direita) Lourdes Casarin Pozzebon; Flávia Pozzebon; Moacyr Domingos Pozzebon.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) e seus funcionários por abrirem as portas à realização deste trabalho;

À Liriana Zanon Stefanello, em especial, por estar sempre solícita e disposta a me auxiliar;

Ao Professor Carlos Blaya Perez pela orientação, paciência e dedicação com que conduziu este trabalho;

À Fernanda Simonetti pelas trocas de ideias e significativas contribuições;

Aos amigos José Luiz Cavalheiro, Madalena Dotto Nogara e Maria José Bortoluzzi Porto por me apoiarem e auxiliarem a dar prosseguimento ao mestrado diante dos contratempos;

Ao Darlan Junior Barbieri pela compreensão, ajuda, carinho e amor;

Aos colegas do PPGPPC pelas novas amizades, conversas foras e risadas;

A todos os que acreditaram e contribuíram para que chegasse aonde hoje cheguei.

## EPIGRAFE

### Velhas árvores

Olha estas velhas árvores, mais belas  
Do que as árvores novas, mais amigas:  
Tanto mais belas quanto mais antigas,  
Vencedoras da idade e das procelas...

O homem, a fera, e o inseto, à sombra delas  
Vivem, livres de fomes e fadigas;  
E em seus galhos abrigam-se as cantigas  
E os amores das aves tagarelas.

Não choremos, amigo, a mocidade!  
Envelheçamos rindo! envelheçamos  
Como as árvores fortes envelhecem:

Na glória da alegria e da bondade,  
Agasalhando os pássaros nos ramos,  
Dando sombra e consolo aos que padecem!

Olavo Bilac

# RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural  
Universidade Federal de Santa Maria

## **ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO PARA O ACERVO FOTOGRAFICO DO CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS DE NOVA PALMA-RS**

**AUTORA: FLÁVIA POZZEBON**

**ORIENTADOR: CARLOS BLAYA PEREZ**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de janeiro de 2013.**

A imigração italiana, iniciada no Brasil em 1870, trouxe reflexos profundos na formação da sociedade brasileira. No caso especial do Rio Grande do Sul, cinco anos mais tarde, foi responsável pela formação das colônias na Serra e Região Central. Nesta, a Quarta Colônia segue cultivando as características daqueles imigrantes, principalmente nos hábitos e na preservação da memória, como é o caso do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), fundado pelo Padre Luiz Sponchiado em Nova Palma – RS. A instituição visa resgatar a história da colonização da região, através dos mais diversos documentos, incluindo as fotografias. Estas constituem um rico e variado acervo que necessita ser preservado, considerando as condições ideais de preservação no que se refere ao acondicionamento, climatização, higienização, iluminação etc. Constituem fonte de informações e também permitem acionar a memória dos mais idosos que vivenciaram os primeiros anos de colonização na região. A dissertação, resultado final deste estudo, acompanhada de um manual de recomendações para conservação e preservação do acervo fotográfico aponta diretrizes que possibilitam a preservação das fotografias do acervo do CPG, de forma a minimizar sua deterioração e possibilitar aos consulentes a informação nelas contidas.

**Palavras-chave:** Arquivística, Imigração italiana, Fotografia, Preservação, Centro de Pesquisas Genealógicas

# **ABSTRACT**

Master Course Dissertation  
Post- Graduation Professionalizing Program in Cultural Heritage  
Universidade Federal de Santa Maria

## **PRESERVING STRATEGIES TO THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION OF THE CENTER FOR GENEALOGIC RESEARCH OF NOVA PALMA, RS**

**AUTHOR: FLÁVIA POZZEBON**

**ADVISER: CARLOS BLAYA PEREZ**

Defense Place and Date: Santa Maria, January 22<sup>nd</sup>, 2013.

The Italian immigration, which started in Brazil in 1870, brought deep reflex in the Brazilian society formation. In the special case of Rio Grande do Sul, five years later, was responsible for the formation of colonies on the Mountain and Central Region. In this, the Quarta Colônia, keeps cultivating the characteristics of those immigrants, mainly in habits and preservation of memory, as is the case of the Center for Genealogical Research (CPG), founded by Priest Luiz Sponchiado in Nova Palma - RS. The institution seeks to redeem the history of the region's colonization, through the most various documents, including the photographs. These constitute a rich and varied collection that needs to be preserved, whereas the ideal conditions for preservation as regards the packaging, air-conditioning, sanitation, lighting etc are the source of information and also allow trigger the memory of elderly people who had experienced the first years of colonization in the region. The dissertation, final result of this study, accompanied by a manual of recommendations for conservation and preservation of the photograph's collection shows guidelines that enable the preservation of photographs from the collection of the CPG, to prevent its deterioration and to enable counselors to the information contained on them.

**Keywords:** Archives, Italian Immigration, Photographs. Preservation, Center for Genealogical Research



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do Livro de Genealogia.....	21
Figura 2– Caverna na comunidade do Pinhalzinho .....	34
Figura 3 - Igreja Matriz Santíssima Trindade.....	36
Figura 4 – Estátua em homenagem ao Padre Luiz Sponchiado .....	38
Figura 5 – Tipos de pincéis .....	63
Figura 6 – Vista da parte frontal do CPG.....	75
Figura 7 – Vista da escada de acesso e da porta de entrada do CPG.....	75
Figura 8 – Esquema de compartimentalização do CPG.....	76
Figura 9 – <i>Hall</i> de entrada.....	76
Figura 10 – Área de consulta.....	77
Figura 11 - Biblioteca. ....	77
Figura 12 – Sala de genealogias. ....	78
Figura 13 – Escritório do Padre Sponchiado.....	78
Figura 14 – Caixas de família.....	79
Figura 15 – Detalhes de uma caixa de família fechada e aberta.....	80
Figura 16 – Foto em preto e branco pertencente à família Bortolaz.....	83
Figura 17– Foto em preto e branco pertencente à família Prolla.....	84
Figura 18 – Fotografia colorida pertencente à família Vicentini.....	84
Figura 19 – Exemplo de descrição datilografada .....	85
Figura 20 - Exemplo de descrição manuscrita à caneta. ....	85
Figura 21 – Fotografia amarelada e manchada pertencente à família Leonardi.....	86
Figura 22 – Fotografia manchada, rasgada e com vincos pertencente à família Leonardi. ....	86
Figura 23 – Fotografias pertencentes à família Cassol afixadas aos álbuns projetados pelo Padre Sponchiado. ....	87
Figura 24 – Construção do nosso espaço destinado ao CPG .....	87

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAMNPAL - Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CPG - Centro de Pesquisas Genealógicas

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

IBGE - Instituto Brasil de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LED – *Light Emission Diode*

PAT - *Photographic Activity Test*

PVC - Cloreto polivinílico

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A – Reportagem sobre a morte do Padre Luiz Sponchiado .....	102
ANEXO B – Primeiras famílias de imigrantes italianos na 4ª Colônia.....	104

## **LISTA DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – Questionário .....	108
APÊNDICE B – Planilhas de tabulação.....	115
APÊNDICE C – Manual de Preservação fotografica do CPG.....	117

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1 Delimitação do tema</b> .....	16
<b>1.2 Problemática</b> .....	16
<b>1.3 Objetivos</b> .....	16
<b>1.4 Justificativa</b> .....	17
<b>1.5 Estrutura da dissertação</b> .....	18
<b>2 O ACERVO DOCUMENTAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	19
<b>2.1 O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma</b> .....	20
<b>2.2 O Centro de Pesquisas Genealógicas e o seu caráter patrimonial</b> .....	22
<b>3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A QUARTA COLÔNIA</b> .....	24
<b>3.1 A memória da imigração e a construção da italianidade</b> .....	31
<b>4 NOVA PALMA E A ATUAÇÃO DO PADRE SPONCHIADO</b> .....	34
<b>4.1 Padre Luiz Sponchiado</b> .....	36
<b>5 A FOTOGRAFIA</b> .....	39
<b>5.1 A fotografia como fonte de informação</b> .....	41
<b>6 PRESERVAÇÃO E ACERVOS FOTOGRÁFICOS</b> .....	45
<b>6.1 Estrutura</b> .....	48
<b>6.2 Armazenamento e acondicionamento</b> .....	51
<b>6.3 Condições ambientais</b> .....	54
<b>6.4 Agentes biológicos</b> .....	57
<b>6.5 Higienização</b> .....	62
<b>6.6 Segurança</b> .....	65
<b>6.7 Acesso</b> .....	66
<b>6.8 Manuseio</b> .....	67
<b>6.9 Digitalização e duplicação</b> .....	68
<b>6.10 Plano de emergência</b> .....	69
<b>7 METODOLOGIA</b> .....	72
<b>8 DIAGNÓSTICO</b> .....	75
<b>8.1 Recursos humanos</b> .....	80
<b>8.2 Recursos financeiros</b> .....	80
<b>8.3 Acervo</b> .....	81

<b>8.4 Acesso .....</b>	<b>82</b>
<b>8.5 Acervo fotográfico.....</b>	<b>82</b>
<b>9 MANUAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CPG .....</b>	<b>89</b>
<b>10 CONCLUSÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O município de Nova Palma, localizado na zona central do Rio Grande do Sul, é emoldurado pela magnitude dos seus morros, das suas ruas de paralelepípedos que bem lembram a cidade de interior, nas águas ora calmas, ora revoltosas do Soturno e nos traços de sua gente, que com orgulho, preserva as tradições repassadas de geração a geração e que se reinventam através das festas, da religiosidade, do modo de falar, da gastronomia e do desejo de cultivar seu passado. É neste cenário que o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) foi criado e continua a ser recriado a cada nova pesquisa, a cada nova doação e a cada novo incentivo ao seu desenvolvimento e valorização. Este espaço, idealizado pelo Padre Luiz Sponchiado, conta com um variado acervo composto dos seguintes documentos: passaportes, certidões de batismo, casamento e óbito, relatos pessoais, cronologias, correspondências, fitas de áudio e vídeo e fotografias que retratam a história da imigração italiana, seu legado e descendência. Atualmente está sob manutenção da Prefeitura Municipal de Nova Palma, Associação Italiana e Mitra Diocesana de Santa Maria (RS).

Estes materiais desempenham papel fundamental junto à população que compreende a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul e constituem fonte de pesquisa para genealogistas, estudantes, pesquisadores, descendentes de imigrantes e interessados no assunto. Mergulhar no interior do acervo é desfrutar da história que envolve o povo que adotou a Quarta Colônia como seu lugar e que expandiu suas fronteiras espalhando seus descendentes. Povo este que

começa a interessar-se pela memória da comunidade a qual pertence, ao estudo dos seus antepassados, a memória coletiva, dentre outras, e ao mesmo tempo pelo poder que emana dos arquivos por suas características como “depósitos de informações” Blaya Perez (2002, p.66).

Este interesse emoldurado pelo anseio de preservar a memória faz com que o acervo do CPG constitua um patrimônio cultural material a ser preservado. E assim, como o cenário do pequeno município de Nova Palma se apresenta como uma fotografia aos olhos de quem o observa, as imagens que compõem este centro de pesquisas merecem e precisam ser preservadas como maneira de rememorar o passado desse povo frente à realidade que hoje se evoca.

Neste sentido, esta dissertação tem por intuito projetar políticas que contemplem a preservação do acervo fotográfico do CPG de Nova Palma, a partir de um eficaz diagnóstico e

com a proposição de medidas, através de um manual, que estabeleçam as condições necessárias ao tratamento dispensado a este acervo, por meio de alternativas ideais à instituição.

### **1.1 Delimitação do tema**

O acervo fotográfico do CPG é constituído de fotografias referentes a mais de 1600 famílias, provenientes em sua grande maioria da Itália, que estão registradas junto à instituição. Compreendem fotografias preto e branco e coloridas que apresentam retratos pessoais de grupos de familiares e/ou amigos, eventos sociais, casamentos, batizados, primeiras comunhões, atos fúnebres inaugurações políticas, entre outros. A organização do acervo partiu do Padre Luiz Sponchiado e segue este padrão até os dias atuais, onde as fotos permanecem principalmente em álbuns projetados pelo padre, em caixas de família ou em arquivos de aço.

### **1.2 Problemática**

O CPG não dispõe de diretrizes que assegurem a preservação do seu acervo. Com relação às fotografias não é diferente. A carência de recursos humanos e financeiros agrava a situação e coloca em risco o acervo. Neste sentido, o problema que se coloca é: Como estabelecer estratégias para preservação do acervo fotográfico do CPG de Nova Palma (RS)?

### **1.3 Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho consiste na definição de diretrizes para a preservação do acervo fotográfico do CPG :

Os objetivos específicos, por sua vez, compreendem:



- Conhecer a situação do acervo e as atitudes tomadas quanto à preservação, através de um diagnóstico;
- Identificar as fotografias quanto aos seus processos e estado de conservação;
- Elaborar um manual com as principais diretrizes para a preservação e conservação de acervos fotográficos e que consistirá no produto exigido no Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural.

#### **1.4 Justificativa**

Este trabalho se justifica pela necessidade de preservar o patrimônio documental fotográfico do CPG devido à sua importância e seu ineditismo, visto que reúne um rico acervo com fotos de um grande número de famílias, muitas doadas por seus descendentes, que confiaram ao Padre Sponchiado e à instituição a salvaguarda destas imagens. Estas retratam famílias, moradias, atividades laborais e religiosas, enfim abrangem diversas situações que envolvem a história da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, constituindo um grande leque de opções de pesquisa por parte das próprias famílias, genealogistas, historiadores, jornalistas, arquitetos, cientistas sociais dentre outros.

As frequentes consultas realizadas junto ao acervo representam uma ameaça aos materiais arquivísticos quando não dotados de políticas preservacionistas. E por conta disso, se faz relevante este estudo na tentativa de incentivar a manutenção destas fotografias por meio de medidas ideais e eficazes que garantam a preservação desses registros da história da Imigração Italiana, da Quarta Colônia e do legado de descendentes e pesquisadores que se apóiam nestes materiais como fonte de pesquisa e até mesmo garantia de direitos.

Até o presente momento, não foram colocadas em prática na instituição alternativas de preservação fotográfica, muito pela carência de recursos humanos e financeiros. Assim, o interesse em defender uma ideia por meio de um trabalho de pós-graduação garante o início de uma nova conscientização, como forma de discussão do problema e apresentação de possíveis soluções à sociedade.

## 1.5 Estrutura da dissertação

A presente dissertação compreende 9 capítulos. O capítulo 1 *Introdução* contextualiza o tema estudado, bem como apresenta os objetivos, a justificativa e a problemática concernente ao objeto.

O capítulo 2 *O acervo documental como patrimônio cultural* discorre sobre o patrimônio documental e cultural, da mesma forma que apresenta sua relevância à sociedade. No mesmo capítulo é apresentado o CPG no que diz respeito à sua constituição e o seu caráter patrimonial.

*A imigração italiana e a Quarta Colônia* nomeia o capítulo 3 que constitui um histórico sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, a composição da Quarta Colônia e a construção da italianidade que une os imigrantes e descendentes.

A história do município de Nova Palma, a atuação do Padre Luiz Sponchiado na conquista da autonomia dos municípios da Quarta Colônia e sua história de vida compõem o capítulo 4 denominado *Nova Palma e a atuação do Padre Sponchiado*.

O capítulo 5 *A fotografia* retrata a história e a simbologia da fotografia e da mesma forma atribui o caráter informacional às imagens.

As condições ideais para a preservação e conservação estão dispostas no capítulo 6 *Conservação e acervos fotográficos*.

As técnicas e os métodos adotados nesta pesquisa estão elencados no capítulo de número 7 *Metodologia*.

O *Diagnóstico*, compreendido no capítulo 8, destaca as condições encontradas no acervo do CPG, em especial ao fotográfico.

O resultado final deste trabalho está relatado no capítulo 9, *Manual de Preservação do Acervo Fotográfico do CPG*, onde estão apresentadas as orientações e sugestões para a preservação das fotografias.

Por fim o capítulo 10, *Conclusão*, aponta os objetivos alcançados com este estudo, bem como a relevância desta pesquisa para a correta preservação das fotografias do CPG.

## **2 O ACERVO DOCUMENTAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

As concepções acerca do patrimônio cultural remetem a um conjunto de bens tangíveis e intangíveis herdados por um grupo e que configuram o seu sentimento de pertença e a identificação com estes elementos. Desta forma, a transmissão destes elementos patrimoniais permite as ligações entre as diferentes gerações que se veem constantemente conectadas, ou seja, cada nova geração herda diferentes valores e conceitos de suas antecessoras. Assim, o patrimônio incorpora sempre valores e contextos que variam de grupo a grupo, sendo o mesmo resultado de um recorte/seleção daquilo que é relevante a determinado número de pessoas e que por tal razão fornece um testemunho, um símbolo de continuidade a ser preservado (MERILLAS, 2004).

No Brasil, o patrimônio cultural e seu simbolismo passou a ser visto como objeto de preservação junto aos modernistas, em especial com Mario de Andrade, no intuito de preservar a produção artística e cultural brasileira. A partir deste momento, os debates acerca do patrimônio cultural foram acirrados e passaram a ser regulamentados através da legislação brasileira. Em 1937, o Decreto 25 organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN) e estabeleceu o patrimônio como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Art. 1º). Estas diferentes configurações que um patrimônio pode adquirir, reforçam a diferentes elementos simbólicos que variam de acordo com os indivíduos, sem que estes tenham necessariamente contato direto com o bem patrimonial. Assim, conceber um patrimônio torna-se possível através de processos comunicativos, ou seja, trabalhos técnicos, comentários, mídia televisiva ou apenas de se ouvir falar (MERILLAS, 2004). Nesta categoria, enquadram-se os documentos que constituem patrimônio e passam a ser elemento identificador de diferentes grupos, de maneira coletiva, construindo assim uma imagem que identifica e diferencia os indivíduos diante de outros, bem como diante de outras culturas. Por esta razão, a preservação do patrimônio documental é fundamental para a perpetuação dos vínculos culturais herdados pelos indivíduos e grupos sociais.

A valorização dos acervos documentais como relevante patrimônio cultural brasileiro teve início legal a partir da Constituição Federal de 1988, artigo 216, IV que diz

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem e estão incluídos os documentos.

Portanto, os documentos são também objetos acionadores da memória e responsáveis por buscar identificar os indivíduos frente aos diferentes vieses culturais que singularizam os diferentes grupos. Cabe ao poder público e à sociedade como um todo a preservação da documentação arquivística considerada como patrimônio, a fim de assegurar a perpetuação da história e o sentimento de pertença dos vários grupos culturais que formam a sociedade, como é o caso dos imigrantes italianos e seus descendentes que estão identificados em cada linha e em cada imagem pertencente ao acervo do CPG.

## **2.1 O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma**

O CPG, localizado junto à Casa Paroquial da Igreja Matriz Santíssima Trindade, em Nova Palma, inaugurado em primeiro de junho de 1984, reúne informações de mais de 1600 famílias de imigrantes italianos que chegaram à Quarta Colônia (ROSAURO, 2011).

Os dados foram recolhidos por Padre Luiz Sponchiado junto aos acervos dos arquivos históricos de Porto Alegre, Rio de Janeiro, das paróquias e cartórios (ZANINI, 2006-2007) e também em acervos familiares que permitiram construir a genealogia das famílias, através de informações como nomes dos imigrantes e descendentes, proveniência, datas de nascimento, casamento e óbito.

A tradição de manter a memória e mesmo o registro de ciclo vital dos membros da família (datas de nascimento, casamento, óbito; as mudanças de residência, títulos de passagens como batizado, crisma, primeira comunhão, ordenação, votos religiosos) dá lugar à construção e, não raro publicação, de longas e detalhadas genealogias; esses registros parecem servir simultaneamente à memória social da família desde seus ascendentes na Itália, à solidariedade dos clãs, ao culto dos ancestrais, à observância das regras de casamento (com a endogamia étnica e cantonal, respeitados os tabus de incesto que desaconselham os casamentos consanguíneos); mas servem também para o reconhecimento dos direitos e linhas de sucessão na herança da terra (AZEVEDO, 1982, p.281).

O sacerdote escreveu, também, um diário de sua vida pessoal e religiosa, informando sua atuação política e articuladora da emancipação do município de Nova Palma e a maneira como coletou e organizou os dados que hoje fazem parte do acervo da instituição. “Assim, o CPG registra através de seu acervo a história oficial, de bastidores, a cotidiana daquela

população da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS e da atuação da Igreja” (PADOIN, 2002, p. 169).

Ainda segundo Padoin (2002, p. 170), o acervo do CPG possui a seguinte divisão:

1ª etapa: o arquivo genealógico (livros com registro permanente de dados das famílias e individuais);

2ª etapa: documentos de famílias (caixas onde encontram-se correspondências, reportagens de jornais, documentos pessoais, registros de terras e propriedades, certidões, livretos, entre outros e fotografias);

3ª etapa: biblioteca (livros, teses, monografias, periódicos);

4ª etapa: cronologia (um vasto fichário sobre os registros de dados da região, separados por local/cidade e data, como por temas, desde a criação da Quarta Colônia até os dias atuais, resultado de pesquisa do padre em fontes e arquivos do Brasil e do Exterior);

5ª etapa: fitas de áudio e de vídeo

Conforme Stefanello (2008), a estrutura do acervo conta com genealogias, cronologias, biblioteca, fitas magnéticas de áudio e de vídeo e as “caixas das famílias”. Os documentos referentes à genealogia compõem-se de 55 livros com dados sobre as famílias como datas e locais de nascimento, casamento, batismo, partida da família da Itália e chegada ao Brasil.

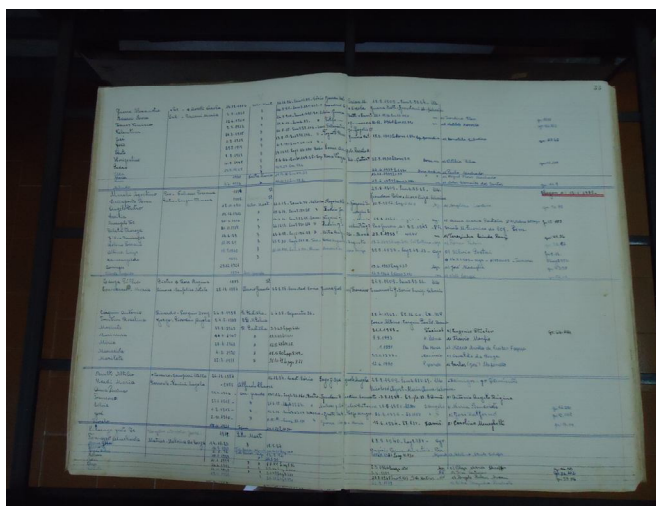


Figura 1 – Foto do Livro de Genealogia. Fonte: acervo pessoal da autora.

A cronologia constitui-se em folhas datilografadas onde estão dispostos acontecimentos e eventos dos Séculos XVI a XIX e também, a partir de 1960 conta com registros sobre a vida pessoal de Padre Luiz Sponchiado. A biblioteca dispõe de um vasto

acervo de jornais, revistas e livros concernentes à imigração italiana, à história do Rio Grande do Sul e do Brasil, bem como história da Igreja. As fitas de áudio são compostas de relatos de pessoas da região, bem como leituras de documentos pesquisados por Padre Luiz Sponchiado em outros arquivos, já as fitas de vídeo contém registros de festas, acontecimentos e eventos regionais. Por fim, as “caixas de família” contém documentos, correspondências, fotografias, recortes de jornais e revistas referentes à cerca de 1600 famílias (STEFANELLO, 2008).

Atualmente, a coleta de materiais se dá através dos usuários que ao mesmo tempo em que pesquisam informações, deixam algum material relevante à continuidade do trabalho da instituição (ROSAURO, 2011). Seu acervo, portanto, está sempre em constante ampliação e é constantemente pesquisado, o que gera uma preocupação quanto à acumulação dos documentos, bem como à sua conservação e divulgação (PADOIN, 2002). O horário de funcionamento do CPG é de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min (ROSAURO, 2011).

## **2.2 O centro de pesquisas genealógicas e o seu caráter patrimonial**

A Lei 8.159/1991 que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados” salienta o dever do poder público na gestão e proteção documental, sobretudo ao entender que os documentos são indispensáveis no apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e na formalização de provas e informações. Através desta lei, é possível intuir o caráter privado do CPG, que no seu artigo 2º estabelece os arquivos como

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Tendo como entidade mantenedora a Mitra Arquidiocesana de Santa Maria, com apoio da Prefeitura Municipal de Nova Palma e do Circulo Vêneto do município, o CPG, apesar do seu caráter privado possui interesse público por ser relevante para a preservação da história da Quarta Colônia de Imigração Italiana, cabendo, desta forma, ao Poder Público, em especial a esfera municipal, ações que promovam sua proteção. É o que diz a Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 30, quando assegura que é competência dos municípios a “proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora

federal e estadual”. Portanto, cabe ao Poder Público juntamente à comunidade a promoção e proteção do “patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (art. 216, §1º), bem como através do provimento de “incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais” (art. 216, §3º).

A legalidade da proteção patrimonial consiste no tombamento do patrimônio documental pelo Poder Público, ficando assim assegurada a proteção desta documentação por meio de uma instituição arquivística pública que resguarde seu interesse social, mantendo sob “responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social” (Lei 8.159/1991, art. 25).

Desta forma, o reconhecimento público e social decorrente do tombamento do CPG asseguraria à instituição políticas públicas voltadas à sua manutenção, através de possíveis acordos com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) ou outras instituições arquivísticas que garantiriam o desenvolvimento de atividades relacionadas à organização, preservação e divulgação do acervo (CONARQ, Decreto 4.073/2002, art. 27).

### 3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A QUARTA COLÔNIA

A vinda de D. João VI, em 1808, impulsionou a colonização no Brasil com a chegada de imigrantes de outras nacionalidades, além é claro dos portugueses, com o objetivo de reestruturar a sociedade local e torná-la independente através da inserção de mão-de-obra europeia. “Pela proposta colonizatória se pretendia criar novas condições econômicas, políticas e sociais, que permitisse ao país superar todos os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo tripé: latifúndio, monocultura e escravidão” (SIMONETTI, 2010, p.1). Este processo buscava criar exércitos para a defesa das fronteiras nacionais, desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria e a substituição dos escravos por mão-de-obra livre. Em 16 de março de 1820, o Rei de Portugal, decretou a criação de colônias oficiais de imigração, cuja responsabilidade das mesmas recairia sobre os donos da terra ou ainda dos colonos que a ocupariam, sob custódia do governo que financiaria os serviços médicos e eclesiásticos (FARIA, 2002 apud PEREIRA, 2008). O reflexo das ideias abolicionistas que se alargaram durante o século XIX fez com que se tornasse evidente a carência de mão-de-obra, não somente no Brasil, como também na Argentina e Estados Unidos<sup>1</sup>, por exemplo (HUTTER, 1987).

As lavouras cafeeiras do interior paulista estavam, cada vez mais, desprovidas de força de trabalho, principalmente devido à iminência da abolição da escravidão, concretizada em 1888. Por outro lado, as grandes extensões de terra ao sul do Brasil despertaram no governo imperial o interesse em colonizá-las por meio da presença do europeu (HUTTER, 1987). Aliada a estas condições, o governo imperial temia a crescente inserção dos negros à sociedade e a miscigenação, acalorando discussões em torno da construção do chamado tipo nacional. Surgia assim a teoria do branqueamento que “considerava que, dentro de três gerações, a população brasileira adquiriria fenótipo branco” Isto tudo fez com que fossem incentivados processos imigratórios que serviriam de mão-de-obra para as lavouras, bem como seriam estímulo ao branqueamento da população brasileira (MORTARI, 2004, p.35).

---

<sup>1</sup> No Brasil ocorreu a chamada imigração familiar, onde seus membros foram destinados às lavouras cafeeiras e às colônias sulistas, já os que se fixaram nos Estados Unidos eram, na sua maioria, sozinhos e exerceram diferentes profissões, atuando em portos, construções, ferrovias e demais profissões liberais. Muitos dos imigrantes destinados à Argentina também exerceram as mais diversas profissões, enquanto outros voltaram-se à agricultura, sobretudo às colheitas. Os poucos que partiram ao Chile também se tornaram profissionais liberais e os dedicados à terra não prosperaram em virtude das áreas ruins ao cultivo (SCAPIN, 2002).



Neste período, o Rio Grande do Sul era compreendido pela fronteira, através da presença dos gaúchos, do gado e das estâncias, e o nordeste repleto de áreas de florestas a serem desbravadas e povoadas (ROCHE, 1964 apud AZEVEDO, 1982). O interesse pela imigração era motivada pelo desenvolvimento agrícola e substituição da mão de obra escrava. Desta maneira, foi dado início à colonização europeia no Rio Grande do Sul em 1824, com a introdução de imigrantes alemães que fundaram a Colônia de São Leopoldo, à margem do Rio dos Sinos (AZEVEDO, 1982). Este processo começou a declinar em 1847, motivado pela proximidade da revolução farroupilha, descumprimento das promessas de governo feitas aos colonos, leis inadequadas, alternância de governo imperial e provincial e falta de incentivos a novas imigrações, sendo consolidado em 1870, (ROCHE, 1959, apud AZEVEDO, 1982). Apesar destes entraves, a colonização alemã propiciou desenvolvimento à área ocupada: serra, os vales do Caí, Taquari, do Rio Pardo e do Pardinho, acalentando o desejo de novas ondas imigratórias. As regiões ao nordeste do Estado não haviam sido ocupadas por este grupo, devido às adversidades geográficas e as longas distâncias com as demais regiões. Após este período inicial de povoamento europeu, o Rio Grande dividiu-se em três áreas: fronteira, original (litoral e depressão central) e a área colonial (AZEVEDO, 1982).

Enquanto isso na Europa, os últimos trinta anos do século XIX foram marcados por inúmeros problemas sociais, demográficos e econômicos que assolaram o território italiano, o colocando como um dos mais pobres do continente. As incertezas administrativas e políticas mostraram um território fragmentado após a queda do império napoleônico. Alguns espaços pertenciam à Áustria, enquanto outros à França. Os únicos Estados livres eram os Pontifícios, Nápoles e Piemonte. Após o Congresso de Viena em 1815, foram Neste cenário, as tentativas de unificação foram várias e o ano de 1870 foi marcado pela conquista dos primeiros territórios que até então estavam sob domínio austríaco. Este processo de unificação estendeu-se até 1919, com o Tratado de Saint-Germain, durante a Primeira Guerra Mundial, quando da conquista do Tirol. Apesar da unificação, as diferenças eram latentes, sobretudo entre norte e sul, enquanto aquele tinha à sua disposição terras planas e pequenas indústrias, o sul permanecia atrasado e sob o regime latifundiário, mas no geral o país era agrícola (STEFANELLO, 2010). Além disso, em sua maioria católicos, muitos imigrantes se mostravam contra a Unificação Italiana, conduzida de forma contrária à Igreja, e defendiam a devolução dos territórios pontifícios ao Papa (MARIN, 2007). Estas condições provocaram o desemprego, precariedade e fome, despertando a fuga do campo e o interesse de muitos em partir rumo às terras sul americanas (MORTARI, 2004). Além destes fatores, Azevedo (1982) destaca as constantes moléstias e a política social italiana que funcionava como uma

verdadeira “fábrica de imigrantes”. Esta prática não era novidade para a sociedade italiana, visto que muitos dos seus habitantes, na busca por melhores oportunidades, migravam nos limites da própria península, bem como a outras regiões europeias (PEREIRA, 2008).

Sponchiado (1996) aponta quatro frentes que impulsionaram positivamente e negativamente a imigração:

1. Agentes de imigração que financiados pelo governo italiano e apoiados pelas companhias de colonização e navegação angariavam cada vez mais colonos, anunciando os benefícios da vida na América;
2. Os párocos das localidades de origem que apontavam a imigração como uma maneira de desfrutar melhores condições de vida;
3. Proprietários de terra e empresários que temiam a perda de mão de obra, bem como sacerdotes que temiam o desaparecimento dos fiéis das capelas e parlamentares que legislavam contra o êxodo;
4. Correspondências dos imigrados que buscavam convencer os que lá estavam das benesses da imigração.

O comércio italiano também detinha um grande interesse na imigração, visto que era diretamente beneficiada financeiramente pelas embarcações além do Atlântico, como também pela possibilidade de laços comerciais com a Região do Prata (GONÇALVES, 2008). As prováveis relações que muitos almejavam já não eram tão recentes, estreitavam-se desde o ano de 1861 e se estenderam até a Primeira Grande Guerra Mundial, sobretudo pelo lado brasileiro que já alinhavava com o Reino Italiano as possibilidades para a vinda de mão-de-obra para as lavouras e a ampliação do mercado para o café (CERVO, 1990).

Desta forma, o governo brasileiro conquistou os imigrantes italianos com incentivos, através de uma imigração financiada<sup>2</sup>, que apesar de serem diferentes dos dedicados aos alemães, eram bastante atraentes. Dos alemães, diferenciava o tamanho dos lotes, que já eram menores, as casas e as terras para cultivo que já não eram gratuitos, bem como as ferramentas e sementes que escassearam, permaneciam

---

<sup>2</sup> Este tipo de imigração aos poucos foi dando lugar a chamada imigração espontânea, decorrência do decreto 7.570, de 29 de dezembro de 1879, que suspendia os privilégios antes fornecidos aos imigrantes. Este bloqueio partiu da bancada parlamentar ruralista que temia a abolição da escravatura. “Desde então os imigrantes somente poderiam receber transporte dentro do país e venda a prazo de terras cobertas de matos. Muito, muito pouco para quem pobre e faminto partia para um país desconhecido. Sorte que já encontravam nas Colônias alguns patrícios já estabelecidos que os recolheriam a seus ranchos até que pudessem se estabelecer. Foi a denominada **Imigração Espontânea**” (SPONCHIADO, 1996, p. 32)

1) passagens pagas desde a Europa até o Brasil e, neste hospedagem e condução até as colônias; 2) venda à vista ou a prazo do lote de terra . 3) derrubada e casa própria no lote, bem como instrumentos agrários e sementes; 4) donativo de 20 mil reis, em dinheiro, ao imigrante maior de 10 anos e menor de 50; 5) tratamento médico e botica; 6) culto religioso e instrução primaria (AZEVEDO, 1982).

Os incentivos cada vez mais escassos não afugentavam os imigrantes, que conforme Vendrame (2007), viam no Brasil a oportunidade de se tornarem *Signori*, ou seja, donos da terra:

Era a promessa de ascensão social que na Itália se tornara para muitos uma impossibilidade. Mesmo sendo proprietários de terras na Itália aqueles camponeses viviam num regime de privações, pois as colheitas nem sempre eram boas e os impostos um pesado encargo (ZANINI, 2007 p. 528).

A maioria dos motivados pela imigração não dispunha de muitos recursos financeiros, fazendo com que tivessem de vender suas propriedades. O valor arrecadado serviria para as despesas com a viagem, bem como para o encaminhamento da documentação necessária ao embarque, tudo às vistas e às custas de agências de imigração e empresas de navegação. (AZEVEDO, 1982).

A imigração assim, conforme Pereira (2008), via-se permeada por duas vertentes: os fatores expulsos e os de atração. “Os primeiros apontam para as condições econômicas, perseguições políticas, religiosas ou por minorias étnicas e os segundos referem-se às políticas públicas voltadas a inserção em novas terras”. Todos estes fatores foram determinantes para o início do processo de imigração ao Brasil a partir de 1870 e que foi intensificado ao longo dos anos (HUTTER, 1987).

Nas embarcações rumo à América, os italianos careciam de condições básicas de alimentação e higiene, agravando a incidência de doenças e mortes, sendo os corpos lançados ao mar, aumentando o desespero entre eles. Credita-se cerca de 40 milhões de imigrantes europeus que rumaram em direção à América, mais significativamente às regiões cafeeiras paulistas e pequenas propriedades ao sul do Brasil (MORTARI, 2004).

Na província rio-grandense os imigrantes italianos chegaram por volta de 1875 e em sua grande maioria provinham da região norte do território italiano, em especial do Vêneto. Nesta época, as charqueadas prosperavam economicamente, o que não ocorria com a agricultura. A produção de trigo que muito impulsionou as riquezas do século XVIII entrou em declínio e as lavouras antes ocupadas pela maioria açoriana foram abandonadas. Restavam então aos imigrantes as regiões de mata densa dos campos de cima da Serra, onde permaneceram os portugueses com a sua pecuária, a Depressão Central onde já estavam os

alemães e a zona de Campanha (LANDO E BARROS, 1980 apud SPOLAOR, 2010). Na região da Serra gaúcha foram criados os primeiros núcleos coloniais italianos, formados por Caxias, Conde d'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves). Aos poucos, a demanda superava as possibilidades de colonização nesta região, sendo necessária a ocupação de outros núcleos coloniais (HUTTER, 1987).

O interesse na povoação da região central do Rio Grande do Sul iniciou por volta de 1870, através das intenções do imperador Dom Pedro II, o que levou a uma série de desentendimentos com os vereadores de Santa Maria (RS), principalmente nas questões que envolviam a demarcação dos lotes de terras (PADOIN, 2002). Quatro anos mais tarde foi dada a largada para a mensuração e demarcação dos lotes, por meio do trabalho de agrimensores contratados pelo governo imperial (SPONCHIADO, 1996).

Santin (1999) destaca que antes dos italianos outros grupos étnicos foram levados à região central do Rio Grande do Sul. Os alemães que fundaram o Pinhal, hoje denominado município de Itaara (RS), e que fracassaram nas suas tentativas em virtude das distâncias que cercavam o núcleo, inclusive quanto à estrada de ferro que fora construída longe do local. Os russo-germano-poloneses<sup>3</sup> (PADOIN, 2002) formaram um grupo com ascendência duvidosa, ficando até hoje incerto se eram poloneses ou alemães com passaporte russo, não ocuparam os lotes, devido as moléstias a que foram acometidos, regressando os sobreviventes a Porto Alegre (SANTIN, 1999) No ano de 1877, chegaram os imigrantes italianos (PADOIN, 2002)<sup>4</sup>.

Quando os alemães batiam em retirada, encontravam os italianos que vinham ocupar a mesma região e sofrer também todos os tipos de agruras. Os italianos avançaram na mata e aguardaram em barracões a distribuição dos lotes de terras (MORTARI,2004, p.40)<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Conforme Sponchiado (1996) este grupo era formado principalmente por alemães que no século XVII fundaram comunidades em territórios russos em troca de favores. Quando da obrigatoriedade de nacionalizarem-se russos de prestarem serviço militar, apresentaram-se contrários, preferindo a imigração. No Rio Grande do Sul, no ano de 1876, foram destinados à região de Caxias,mas inconformaram-se com a falta de cumprimento das promessas por parte do governo imperial, como é o caso da falta de terras plainas. No ano seguinte partiram para a região de Santa Maria, passando a ocupar o Barracão de Val de Buia, que à época chamava-se Núcleo Colonial dos Russos Alemães. “Os colonos, enquanto havia os mantimentos dados pelo Governo, durante seis meses, recusavam trabalho assalariado e ocupar lotes, insistindo nas terras plainas” (p.55). Resquícios desta imigração podem ser localizados nas proximidades da Capela da Pompéia, interior de Silveira Martins

<sup>4</sup> Salienta-se que nesta época estavam presentes na região brancos, negros e índios (MORTARI, 2004).

<sup>5</sup> Após os italianos, chegaram à região central do Rio Grande do Sul os judeus que fundaram a colônia Philipson, atualmente Itaara. Estes imigrantes não se adaptaram às condições impostas, inclusive geográfica e partiram para outras regiões, restando hoje como lembrança “no local um cemitério e na cidade de Santa Maria uma sinagoga, hoje reconstruída, mas que ficou várias décadas abandonada” (SANTIN, 1999, p.18).

O Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte surgiu próximo à cidade de Santa Maria e foi elevado à categoria de colônia, a qual passou a denominar-se Colônia Silveira Martins (MARIN, 2007). Os imigrantes italianos aguardaram a distribuição dos lotes<sup>6</sup> em alojamentos mal acondicionados, no chamado Barracão de Val de Buia, hoje município de Silveira Martins (RS) (PADOIN, 2002). Neste local permaneceram completamente isolados, formando “redutos econômicos, sociais e culturais eminentemente italianos” e “após receberem os lotes, as famílias se instalavam com o mínimo possível. Miseráveis moradias davam abrigo a colonos que se dedicavam ao cultivo da terra (MORTARI, 2004, p.41).

Os lotes eram distribuídos de forma gratuita pelo governo, “porém para obter a subsistência antes que houvesse as primeiras colheitas, precisaria ir trabalhar a varias horas de distância na abertura de estradas e noutros serviços pesados” Alguns imigrantes possuíam reserva em dinheiro, o que facilitava a compra de colônias de particulares (AZEVEDO, 1982, P.133).

A partir de Val de Buia, de acordo com Santin (1990) surgiram novos núcleos na região, como Vale Vêneto (1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão (1880), Val Veronês (1880-1888), Soturno (atual Nova Palma, 1878), Núcleo Norte (atual Ivorá, 1883), Geringonça (atual Novo Treviso, Faxinal do Soturno, 1884). Padoin (2002) destaca o enxameamento<sup>7</sup>, movimento que consistiu na ocupação de terras, antes particulares, adquiridas pelos próprios imigrantes, como São João do Polêsine, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno, Val Feltrina, Novo Treviso e Ribeirão.

Os imigrantes instalados nos núcleos trouxeram consigo da Itália as suas convicções. Ao se utilizar de Giron (1989, apud Marin, 2007), Marin destaca três grupos principais entre os imigrantes: os católicos, os maçons e os austríacos. Maioria, os católicos eram contrários à Unificação Italiana, creditavam que este processo era contrário aos princípios da Igreja e eram favoráveis à devolução dos territórios pontifícios ao Papa. Os maçons tinham vida política e social bastante ativa e provinham de zonas urbanas da Itália. Este grupo apoiou a Unificação Italiana, contrariando os princípios católicos e papais. Frequentemente entravam em conflito com os padres e católicos, adaptaram-se

---

<sup>6</sup> Os preços dos lotes variavam conforme a localização urbana ou rural e quanto aos aspectos acidentais dos terrenos (VENDRAME, 2007).

<sup>7</sup> A palavra enxameamento, apropriação de Jean Roche (1969) por Sponchiado (1996), destaca um povo nômade que se desloca de um meio rural a outro em decorrência do excesso populacional ou esgotamento da terra. No caso da Quarta Colônia este processo ocorreu pela busca de melhores terras para o cultivo, vizinhar com parentes ou ainda influenciados por sacerdotes que direcionavam os colonos.

rapidamente à vida regional e organizaram-se em torno de lojas maçônicas. Os comerciantes, principalmente os maçons, sugeriram a denominação da colônia como Silveira Martins, em homenagem ao político que apoiou a imigração européia, principalmente a italiana. Os austríacos eram a minoria e defendiam a soberania do Império Austro-húngaro e apresentavam-se contrários à Unificação Italiana. A partir destes traços, pode-se perceber uma heterogeneidade entre os imigrantes, que pode ser percebida através das suas convicções políticas, religiosas e seus dialetos (MARIN, 2007). Estas diferenças também são percebidas pelos imigrantes do interior que realizavam trabalhos agrícolas e os que residiam nos núcleos urbanos que se dedicavam ao comércio e profissões liberais. Todo este isolamento dos colonos do interior fazia com que os mesmos não demonstrassem qualquer interesse político, somente o interesse em construir a sua vida em torno da Igreja e desta maneira garantir sua sobrevivência (MARIN, 2007).

A Colônia de Silveira Martins estava sob jurisdição do Ministério da Agricultura e permaneceu sob a proteção do governo imperial até a sua emancipação, através do decreto 8.644, de 19 de agosto de 1882:

Hei por bem determinar que a Colônia Silveira Martins, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regime colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até a presente data, se acha sujeita (SPONCHIADO, 1996, p.445).

A partir deste decreto, a colônia juridicamente passa a ser o 5º Distrito de Santa Maria (SPONCHIADO, 1996) e em 1886 os núcleos são divididos entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. Os mais populosos foram elevados a distritos. Silveira Martins tornou-se o quarto distrito de Santa Maria e compreendia Arroio Grande e Val de Serra. Os núcleos de Vale Vêneto, Ribeirão de Aquiles, Dona Francisca e parte de Val Veronese passaram a quinto distrito de Cachoeira do Sul. Núcleo Soturno (atual Nova Palma), Novo Treviso e Núcleo Norte (atual Novo Treviso) pertenceram até 1891 a São Martinho, quando então foram anexados a Villa Rica (atual Júlio de Castilhos) (MARIN, 2007).

Muito embora, o desejo de progresso fosse frequente dentre os colonos italianos é, hoje, notável a diferença entre os colonizadores da serra gaúcha e os estabelecidos na região central, visto que nesta a existência de muitos lotes de terras particulares impediram o avanço e o crescimento destes imigrantes (MANFROI, 1987). Além disso, conforme destaca Santin (1986), outros fatores desencadearam a decadência da colônia: falta de dirigentes competentes; a divisão dos núcleos entre vários municípios, conflitos religiosos; rompimento

da homogeneidade cultural; a educação não voltada aos interesses dos imigrantes; terras pouco produtivas e a falta de modernização nas atividades desenvolvidas pelas famílias. A proximidade com Santa Maria que foi um fator de favorecimento, em virtude das relações comerciais realizadas com a colônia, foi também o motivo que desencadeou o enfraquecimento desta, provocando a saída de muitos colonos que viram na cidade melhores oportunidades (MORTARI, 2004).

A emancipação destes núcleos ocorreu a partir do final dos anos de 1950, surgindo os municípios de Agudo, Restinga Seca e Faxinal do Soturno em 1959, Nova Palma em 1960, Dona Francisca em 1965, Silveira Martins e Ivorá em 1987, Pinhal Grande e São João do Polêsine em 1992 (SANTIN, 2002).

### **3.1 A memória da imigração e a construção da italianidade**

A trajetória do imigrante italiano em terras brasileiras reacende a memória dos hoje descendentes que destacam com orgulho e louvor o passado. E é neste sentimento que ressaltam as agruras enfrentadas, o crescimento e a ascensão social dos imigrantes (ZANINI, 2007). Esta memória coletiva reacende as lembranças daqueles antigos colonos e que foram passadas através das gerações. Estas lembranças compartilhadas firmam seu vínculo de pertencimento dos imigrantes e seus descendentes, permitindo que se identifiquem culturalmente (AMADOR, 2007).

A concepção de italiano é uma estratégia de descrever todos aqueles oriundos do território italiano, muito embora se sabe que havia muita diferenciação entre eles no que diz respeito aos aspectos culturais, incluindo os dialetos regionais. Em terras brasileiras, era comum entre os imigrantes o enaltecimento das relações vividas nos seus locais de origem, destacando-se como diferentes em relações aos demais povos que aqui já viviam. “O que revela a persistência de marcas significativas da vida na Itália que continuam vigentes na constituição de sua memória e sentimento de pertença, como matrizes que funcionam como operadores de apropriação dessa outra memória” (BONIN, 2009, p.97). Nos navios a diversidade de dialetos representava as diferenças culturais e regionais, mas o sentimento de despedida da pátria era compartilhado por todos. Na América passaram a sentir-se como italianos, muito mais do que no território italiano “(...) onde se consideravam primordialmente

habitantes de um *paese* e falantes de dialetos específicos<sup>8</sup>. Algo os tornava semelhantes naquela empreitada, e nisso eram solidários uns com os outros” (ZANINI, 2006-2007, p.162).

Esta solidariedade permitiu a construção de uma identidade comum, muito embora, com o passar dos anos, a tendência se confirme como um esquecimento ao passado. Como forma de evitar este esquecimento, os descendentes buscam reconstruir o ontem através das tradições. Assim, o esquecimento acaba não só por abandonar os aspectos históricos, como também torna-se uma ferramenta para que sejam preservados e lembrados (MORTARI, 2004). É comum entre estes descendentes a atribuição de significados a si próprios, bem como a seus ascendentes, destacando-se como pessoas empreendedoras, trabalhadoras, civilizadas, valorizadoras de hábitos religiosos e familiares (ZANINI, 2006-2007). Num primeiro momento, esta imagem foi compartilhada pelas autoridades nacionais que viam o imigrante com desejo de crescer e enriquecer, dotado de docilidade e temente a Deus: “agricultores, pouco envolvidos em assuntos de política, trabalhadores e ambiciosos, esse era o retrato ideal do imigrante italiano” (ZANINI, 2006-2007, p. 163).

Posteriormente, o sentimento de pertença do imigrante passou a ser ameaçado, sobretudo na época do Estado Novo, da era Vargas, iniciado em 1937. A Segunda Guerra Mundial, dois anos mais tarde, provocou o temor do governo federal quanto às colônias estrangeiras instaladas no Brasil, consideradas como ameaça ao nacionalismo. A repressão provocada pelas autoridades nacionais declinava a expressividade cultural dos colonos, inclusive quanto ao uso dos seus dialetos (DALMOLIN, 2004). Tornaram a ser vistos como inimigos da nação, declarando o Brasil guerra ao Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão. O nacionalismo vigorava na legislação brasileira e o uso público da língua italiana passou a ser proibido, dificultando a relação dos imigrantes que pouco sabiam falar o português, restringindo-os a seus trabalhos e aos seus lares (VENDRAME, 2007).

Atualmente, o que vemos é uma geração que credita ao imigrante um exemplo a ser seguido, dotado de uma simbologia que o coloca como um vencedor, desde sua partida da Europa, a travessia pelo oceano Atlântico até a colonização, o desbravamento e a conquista de suas terras. O italiano contemporâneo, por outro lado é tido “como frio, impessoal e que eles, como os brasileiros, eram mais sociáveis, carinhosos e expansivos. A Itália se tornou a terra boa para trabalhar e não para morar. Essa é, em suma, a dinâmica da ítalo-brasilidade, ou seja,

---

<sup>8</sup> “Independente do fato de terem tido como ultima fronteira Genova ou Nápoles, de serem oriundos de localidade do Norte, do Centro ou do Sul da Península, aquele 1,4 milhão de indivíduos que cruzaram o Atlântico e aqui desembarcaram no final do Oitocentos e inicio do Novecentos, podiam ser reconhecidos como europeus, “civilizados”, “brancos” ou “morenos mediterrâneos” e até mesmo como um “povo desenvolvido”, mas não como “italianos”. (PEREIRA, 2008, p. 46).



ela faz sentido aqui, em terras brasileiras, como demarcadora de pertencimento e estilo de vida. Fora daqui, na Itália, são brasileiros preferencialmente” (ZANINI, 2006-2007, p. 170).

“

## 4 NOVA PALMA E A ATUAÇÃO DO PADRE SPONCHIADO

O município de Nova Palma localiza-se na zona central do Rio Grande do Sul e tem como limites ao norte os municípios de Júlio de Castilhos e Pinhal Grande, a leste Ibarama, a sul Agudo, Dona Francisca e Faxinal do Soturno e oeste Ivorá (FERRARI, 2008). Inicialmente, seu território foi ocupado por grupos indígenas, cujos registros encontram-se presentes em grutas, cavernas e demais objetos encontrados e que testemunham a presença destes habitantes (LAGO, 2006).



Figura 2– Caverna na comunidade do Pinhalzinho – Interior de Nova Palma. Fonte: acervo pessoal da autora

A presença de negros também foi considerável, principalmente por sua condição como escravos nas estâncias instaladas nos campos de cima da Serra. A estes restaram as piores localizações de terra, como é o caso do Rincão da Cadeia, atual comunidade Rincão do Santo Inácio, interior de Nova Palma, reduto quilombola<sup>9</sup>. Os alemães também se fixaram nas imediações do município, chegando por volta de 1880 oriundos da colônia Santo Ângelo, atual município de Agudo (RS) e instalaram-se às margens do Rio Jacuí, hoje distrito de Caemborá (ROSSATO, 2010). Dois anos mais tarde, partindo da sede da Colônia, Silveira Martins, chegaram os imigrantes italianos (MANFIO, 2011), fixando-se nas áreas demarcadas

---

<sup>9</sup> Estima-se que 20% da população dos municípios da Quarta Colônia tem origem negra (SPONCHIADO, 1996).

próximo ao Rio Soturno. O processo colonizatório de Nova Palma encerrou com a República, restando somente a compra de novos lotes e a reimplantação (PIOVESAN, 1999)

A primeira denominação do núcleo foi Barracão, devido ao espaço destinado à instalação dos imigrantes e agrimensores responsáveis pela demarcação dos lotes. Posteriormente, foi denominado Soturno, pela sua proximidade com o rio de mesmo nome e fez parte dos municípios de Rio Pardo, Cachoeira do Sul e São Martinho e em 14 de setembro de 1891 passou a 5º distrito de Vila Rica (atual município de Júlio de Castilhos). O decreto de número 2, de 8 de abril de 1913 renomeou o Núcleo Soturno para Nova Palma, devido a flora marcada pela grande presença de palmeiras (TREBIEN; VALENTE, 2004).

O passar dos anos e a atuação do Padre Luiz Sponchiado impulsionaram o desejo de emancipação de Nova Palma e dos demais núcleos da então Colônia Silveira Martins. Foi em 9 de dezembro de 1959 que passou a vigorar o plano de emancipação de Nova Palma, quando então a população sob a liderança do Padre Sponchiado encaminhou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um pedido de reexame da proposta de emancipação, bem como de um plebiscito para definir os rumos deste processo, o que foi deferido através do Projeto de Lei 316. Em 6 de março de 1960 aconteceu o tão aguardado plebiscito que contou com a maioria favorável dos votos pela autonomia administrativa e política de Nova Palma, motivo de muitas festas locais (BOLZAN, 2011). Em 29 de julho de 1960, através da Lei Estadual 3.933, foi criado oficialmente o município de Nova Palma, sendo sua instalação em 28 de janeiro de 1961 (TREBIEN; VALENTE, 2004).

Segundo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>10</sup>, o município de Nova Palma conta com seis mil trezentos e quarenta e cinco habitantes, distribuídos entre a sede e a zona rural, esta bastante extensa, compreendendo diversas localidades, entre elas seus dois distritos: Caemborá e Vila Cruz (TREBIEN; VALENTE, 2004). Como na maioria dos locais oriundos da imigração italiana, sua vida social e econômica se articulou em torno da Igreja Matriz, Santíssima Trindade, e da figura do Padre, Sponchiado, tendo sido este o responsável por muitas das conquistas do município.

---

<sup>10</sup> Dados obtidos no sítio: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rio\\_grande\\_do\\_sul.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf).



Figura 3 - Igreja Matriz Santíssima Trindade. Fonte: acervo pessoal da autora.

A influência de Sponchiado fez com que se processasse um novo marco para a comunidade, reunindo os produtores em torno de uma associação que culminou, em 1960, na Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL), importante referencial econômico. Além deste, foram criados o sindicato rural, escolas e o hospital, visto que “os italianos eram muito religiosos e seguiam fielmente a liderança do padre e seus ensinamentos” (MANFIO, 2011, p.73).

O município se destaca pela produção de feijão, fumo, milho, agropecuária e produção de leite (TREBIEN; VALENTE, 2004.), como também indústrias de basalto, alimentos, móveis e pelo turismo rural (MANFIO, 2011).

#### **4.1 Padre Luiz Sponchiado**

Desde o princípio da colonização italiana os sacerdotes ocupavam local de destaque junto aos imigrantes. Eram além de mentores espirituais, conselheiros, sendo sua presença muito requisitada (VENDRAME, 2007). A religiosidade foi a maneira encontrada para lidar com as adversidades, “pelas crenças e pelos ritos religiosos lembravam-se de quem eram, de onde haviam partido e quais seus objetivos” (ZANINI, 2007, p. 531).

Padre Luiz Sponchiado foi uma figura bastante atuante, sendo por muitos considerado como o porta-voz da Quarta Colônia (MORTARI, 2004). Nascido no núcleo de Novo

Treviso, aos 22 de fevereiro de 1922, e tendo sido registrado em Dona Francisca (que à época pertencia a Cachoeira do Sul), Padre Luizinho, como era chamado, vivenciou junto à família as dificuldades enfrentadas por muitos imigrantes e seus descendentes (SPONCHIADO, 1996). As terras destinadas a estes eram íngremes e dificultavam o cultivo, diante do fato a família Sponchiado alçou novas oportunidades, constituindo outros núcleos na cidade de Taquaraçu do Sul, próximo a Frederico Westphalen (RS). Ainda criança, Luiz Sponchiado demonstrou interesse pelo sacerdócio. Iniciou seus estudos primários em 1930, aos 8 anos de idade, e concluídos estes partiu para o seminário em 1934, após o contato com freis capuchinhos que desenvolviam atividades no município de Taquaraçu do Sul. Foi ordenado em dezembro de 1942. Após idas e vindas em diferentes paróquias, na década de 50, Padre Luiz Sponchiado assume a Paróquia de Nova Palma e passa a desenvolver inúmeros projetos:

Eu cheguei em 1956 e comandi mais ou menos tudo. Comandi! O povo acompanhou. Se o padre queria, e eu tenho sempre esta idéia, o padre tanto quanto é necessário, deve atuar no tripé matéria, cultura e alma. O tripezinho que segura o banquinho, e eu cuido disso. A mim me interessou tanto a agricultura, criar uma cooperativa, como criar as escolas, como criar os municípios, como criar o hospital (MORTARI, 2004, p.52).

Foi o Padre o grande idealizador do CPG. Motivado por um interesse pessoal em redesenhar a história de sua família,

O Centro de Pesquisa Genealógica teve seu início na preservação de uma memória individual, mas dada a abrangência política do ato de recuperar, a memória coletiva se formou e hoje resgata uma história que autoriza biografias individuais, mas, sobretudo, legitima a prática coletiva de referência da identidade italiana (MORTARI, 2004, p.66)

Começou a recolher materiais sobre o assunto e posteriormente expandiu suas pesquisas passando a buscar “documentos escritos, jornais, fotografias e livros” (PADOIN, 2002, p.169) e outros materiais condizentes com o processo migratório à Região Central do Rio Grande do Sul.

Desde 1956, passei a interessar-me pela anágrafe que encontrei em minha Paróquia. Fundei depois o *Centro de Pesquisas Genealógicas* (CPG) de Nova Palma, inaugurado em instalações adequadas em 1.6.1984, para celebrar o centenário da criação de Núcleo Soturno, hoje Nova Palma (SPONCHIADO, 1987, p.425).



Figura 4 – Estátua em homenagem ao Padre Luiz Sponchiado localizada na Praça Central de Nova Palma. Fonte: acervo pessoal da autora.

A presença do Padre Sponchiado a frente do CPG retrata, de acordo com Padoin (2002, p.166) o poder local que a Igreja exerce nos pequenos municípios:

A existência de *centros de memória* no RS, e em especial nessa região, tem uma forte vinculação com a Igreja e, mais com a ação de determinados sacerdotes, que foram agentes *inovadores*, enquanto liderança religiosa, política e social.

O Padre Luiz Sponchiado faleceu em 16 de março de 2010, vítima de falência múltipla de órgãos (ANEXO A).

## 5 A FOTOGRAFIA

A compreensão da fotografia vai além do que ela apresenta por meio da imagem, é preciso atentar, acima de tudo, para suas entrelinhas. Seu entendimento está alicerçado no implícito, naquilo que não se vê de imediato, nas suas intenções e é este mistério que provoca o observador a buscar entendê-la. (KOSSOY, 2007). Além disso, o registro fotográfico “é o que resta do acontecimento, sob os olhos e a intromissão de um fotógrafo” (KOSSOY, 1989, p.6). Desta forma, envolve-se a fotografia em três diferentes estágios: as intenções que estão por trás de sua existência, que tanto podem ser do fotógrafo como de quem solicitou o registro; a sua materialização e os caminhos por ela percorridos. Ela é, segundo Barthes (1984), uma forma autêntica de provar a existência do passado, sendo a câmara fotográfica auxiliar à percepção humana, de forma a estimular a compreensão dos vieses culturais em todos os seus detalhes, tendo em vista que a imagem por ela registrada é fiel ao que se observa.

Segundo Pavão (1997) a história da fotografia remete a diferentes períodos que são classificados de acordo com a sua evolução. O auge da daguerreotipia compreende o período de 1835, quando inventada pelo cenógrafo Louis Jacques Mandé Daguerre, até o ano de 1855. O daguerreótipo é uma fotografia que tem como suporte uma chapa de cobre coberta com uma fina camada de prata polida e sensibilizada com vapores de iodo formando o iodeto de prata que deixa a superfície dourada e mais sensível à luz. Após a exposição, a imagem torna-se latente através da ação dos vapores de mercúrio, que funcionavam como um “revelador”. A mesma era fixada com o uso de hipossulfito de sódio ou cloreto de sódio. Os daguerreótipos eram acondicionados em estojos confeccionados em madeiras nobres e cobertos por uma chapa de vidro que impedia o contato da imagem com o ar e reduzia a exposição à luz. Além disso, apresentam características que facilitavam a sua identificação, como por exemplo, o fato de aparecer hora como positivo e hora como negativo, dependendo do ângulo de incidência da luz.

A calotipia ou talbotipia, por sua vez, foi desenvolvida por Willian Fox Talbot que produzia fotografias a partir de negativos feitos com papel de carta sensibilizados com sais de prata. Após passar pela revelação esses negativos se tornavam mais transparentes através de um banho com cera de abelha derretida. Neste processo, as cópias eram feitas por contato do negativo com outra folha de papel sensibilizado. Talbot deu grande contribuição à fotografia com a invenção do processo negativo-positivo, possibilitando assim a confecção de um

número ilimitado de cópias. Estas porém não eram tão nítidas em função das fibras do papel utilizado na confecção dos negativos.

Para corrigir estas imperfeições, pouco tempo depois surgiram os negativos de vidro, mais transparentes do que o papel e que permitiam a produção de imagens com melhor qualidade, reproduzindo de forma mais fiel os detalhes. Os primeiros negativos de vidro utilizavam a clara de ovo (albumina) como ligante para fixar os sais de prata à superfície do vidro. Posteriormente, os negativos de colódio úmido, que ficaram mais conhecidos como chapa úmida, também utilizaram chapas de vidro com uma emulsão fotográfica, porém, esta era à base de colódio, ou seja, algodão, pólvora diluído em álcool e éter, que em contato com o vidro formava uma película transparente. Este processo permitia também, de forma eficaz, a obtenção de retratos com riqueza de detalhes, porém com exposições muito breves para a confecção das cópias em papel albuminado. O período de 1880 a 1910 foi marcado pelo uso dos negativos de gelatina e brometo de prata sobre vidro e das cópias por contato utilizando papel de fabricação industrial. O uso da gelatina como ligante proporcionou à fotografia a emulsão sensível à luz, com maior durabilidade e agilizando o processo fotográfico, separando o ato de fotografar do processamento de negativos e cópias em papel. A grande vantagem da gelatina é que o papel não amarelece tão facilmente como quando do uso da albumina. Os negativos em película e as cópias em papel com emulsão a base de gelatina obtidas através do processamento químico prevaleceram entre 1910 e 1970. A película flexível permitia o acondicionamento em rolos, com uma quantidade maior de fotogramas, o que facilitava a obtenção de um maior número de fotografias e o transporte dos mesmos. A partir da década de 1970 ocorreu a predominância das fotografias coloridas, ou seja, a cor que era refletida nos objetos e cenários passou a ser registrada nas fotografias. Ao final da década de 1990, a fotografia digital começa um período de grande desenvolvimento de sua tecnologia, barateamento das câmaras e consequente popularização da mesma.

Diante da grande diversidade de processos fotográficos utilizados ao longo dos anos é fundamental analisar os elementos químicos que compõem a fotografia e para tanto há que se atentar para o tipo de suporte, da substância formadora da imagem, dos ligantes e da substância de recobrimento. O suporte consiste na base sobre a qual se forma a imagem, seja ele rígido ou flexível. A emulsão fotográfica diz respeito à substância sensível à luz, responsável pela formação da imagem. As chapas de metal, por sua vez, foram suporte para a constituição dos daguerreótipos e ferrótipos, e o vidro, muito utilizado na produção de negativos, diapositivos, sendo, nos dois primeiros casos, substituídos, no final do século XIX, por bases plásticas. Este elemento sofreu modificações ao longo do tempo, compreendendo os



papéis de alto teor de alfacelulose que dominaram o cenário da fotografia entre o século XIX e parte do XX; A substância formadora da imagem, como o próprio nome diz, é responsável pela imagem exibida e consiste na aplicação de partículas metálicas, pigmentos ou corantes diretamente sobre a emulsão ou ainda suspensas aos aglutinantes. O exemplo mais antigo é a prata, utilizada desde o início da fotografia para cobrir a placa de metal.

A disposição das camadas compreende a seguinte estrutura: as fotografias com uma camada apresentam a substância formadora da imagem diretamente ligada ao suporte; as fotografias com duas camadas compreendem substância formadora da imagem juntamente ao ligante e as com três camadas compreendem a substância formadora da imagem, o ligante e a camada de barita entre o ligante e o suporte (MOSCIARO, 2009, p.16). Desta forma, é possível inferir sobre os componentes da fotografia, dentre os quais o aglutinante tem por função a aderência da substância formadora da imagem ao suporte. Seu uso tem por consequência a aparência final da imagem quanto ao brilho, densidade e cor. Os ligantes ou aglutinantes mais comuns são: albumina, presente na clara de ovo; colódio, que consiste na dissolução de nitrato de celulose em álcool e éter e a gelatina, proteína animal que é o aglutinante mais usado nos dias de hoje. A camada de barita é utilizada nas fotografias desde 1880 e tem por objetivo “uniformizar a superfície do papel da impressão”, quando aplicada junto com a gelatina, impedindo que as fibras do papel sejam visualizadas.

### **5.1 A fotografia como fonte de informação**

Os aspectos informacionais da fotografia compreendem uma gama de significados que dependem do contexto em que foram obtidas, bem como de quem as observa. Assim, observar uma fotografia do CPG é estar imerso em outro período histórico, frente a uma realidade diversa da que estamos habituados e com cenários e pessoas que remetem a uma outra época, um período que reflete com saudosismo evocado pelos hoje descendentes frente os acontecimentos vividos pelos imigrantes italianos quando da construção da Quarta Colônia. De acordo com Bittar (2008, p.1), uma fotografia não é só o que ela nos apresenta através da imagem,

é sobretudo entender seu contexto, o que estava por trás da câmera, sua relação com o universo das imagens de sua época e o impacto que ela teve sobre quem a

observou. A fotografia é sempre uma representação e precisamos entender o que ela representa e como foi construída essa representação.

A fotografia, segundo Strelczenia (2001, p.2), não tem intenção de imitar algo que existe, mas de prolongar o contato e estar próximo a este objeto “*fundamentalmente cuando el adiós es definitivo*”.

Assim, é preciso inferir a relevância dos acervos fotográficos, pois através do seu conteúdo é possível

descrever os locais, as transformações e os eventos, explicar fenômenos no contexto educacional, testemunhar acontecimentos históricos, auxiliar pesquisadores, enfim através de uma linguagem visual retratar a memória coletiva (SILVA, 2007,p.1).

A partir da memória coletiva a fotografia coloca-se como fruto de um trabalho social, por meio de convenções culturais. Desta forma, a mensagem da fotografia resiste ao tempo e reporta a um contexto épico e cultural, representando uma escolha “num conjunto de escolhas possíveis” (MAUAD, 1996, p.4). E a interpretação desta escolha é única e pessoal, ou seja, varia de acordo com cada observador (MACHADO,1984) e neste sentido é preciso inferir que cada indivíduo está imerso em diferentes relações sociais e culturais. É o que Bourdieu e Bourdieu (2006) afirmam ao apresentar a fotografia como a representação das relações sociais, sobretudo as familiares. Antes um artigo de luxo, disponível a famílias de posses financeiras, era também garantia de presença e testemunho. Velasco e Cruz (2011) compartilha desta opinião ao dizer que as fotografias eram vistas como formas de congelar o cotidiano vivido nas festas, férias e ritos de passagem, servindo assim o propósito da narrativa familiar. Por outro lado, quando postas aos olhos do público, passam a ser interpretadas de diferentes maneiras, representando, então, de maneira visual, uma determinada época. Desta forma, quando “visualizamos uma foto de família, vivemos com muito maior clareza a significação daquele momento vivido em nossas vidas” Marcondes (2002, p.122).

fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar, mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto (SONTAG, 2004,p.16).

Mauad (1996, p.8) confirma o valor testemunhal das fotografias e utilizando de Jacques Le Goff menciona que existem dois aspectos a se considerar: a atribuição do sentido de imagem/ documento e imagem/ monumento. No primeiro caso, a fotografia apresenta-se como uma materialização do passado

na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado, condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc.

e no outro caso “a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro” (MAUAD, 1996, p.8).

A imagem por si só não basta para entender a fotografia, é preciso contextualizá-la, ir além do instante que se observa e retroceder para o instante em que foi registrada. Essa contextualização é colocada por Kossoy (2001) diante de três elementos fundamentais que integram a fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia empregada. Além disso, conforme define Barthes (1984), as emoções estão presentes no ato de fotografar e compreendem o fazer, o suportar e o olhar, elementos estes traduzidos nos papéis do fotógrafo, do objeto ou referente, ou segundo as palavras do autor: *operator*, *spectrum* e *spectador*.

Portanto, as fotografias estão envoltas tanto em aspectos informacionais como técnicos e para isso, conforme Costa (2003), alguns elementos são fundamentais quando da sua análise: suas informações técnicas onde estão compreendidas questões referentes à coloração e ao processo fotográfico em si; informações visuais que condizem com a maneira como a foto foi concebida, sobretudo no que diz respeito aos critérios estéticos; informações textuais que tratam do assunto fotografado e por fim as informações contextuais que apontam as razões e intenções do fotógrafo.

E compreender a capacidade de informação que a fotografia pode proporcionar é possibilitar o redesenho dos fatos, intenções e lembranças que tornam a sua preservação de extrema necessidade. Esta utilização da fotografia como fonte histórica é uma condição recente, visto que antes ela era somente utilizada como ilustração e prova (ALBUQUERQUE; KLEIN, 1987). Assim, através dela é possível inferir diferentes informações que dizem respeito ao que está retratado: pessoas e paisagens, quem fotografou, a técnica utilizada, as características intrínsecas à imagem que conduzem à compreensão de características da época em que ocorreu a fotografia (ARAÚJO et al, 2010). Através da imagem é possível formular ideias, manipular opiniões, tendo em vista que ela não pode ser encarada como um registro fiel do que passou, mas sim que ela está imersa em diferentes contextos, sejam eles: sociais, políticos, econômicos, culturais etc. Além disso, a imagem retratada não é a única maneira de ler uma fotografia, ela vai além, o hábito de postar carimbos, emitir dedicatórias, anotações tem muito a dizer e traz muito sentido ao observador (LACERDA, 1993). Esta capacidade de informação, faz da fotografia um valioso documento e as instituições, nesta perspectiva, devem estar sensibilizadas na proteção e acesso a estes materiais, alvo da curiosidade e da

memória coletiva. Cartier-Bresson (2004), reconhece a preocupante ameaça do desaparecimento dos registros fotográficos, principalmente em virtude da sua instabilidade química, e do conseqüente fim da informação neles retido.

## 6 PRESERVAÇÃO E ACERVOS FOTOGRÁFICOS

A preservação consiste em diversas ações que tem por objetivo assegurar a integridade física dos documentos, bem como reduzir os seus níveis de deterioração (BUENO, 2010). Do ponto de vista da fotografia depreende-se a necessidade da sua preservação diante do seu fator histórico e informacional e das condições químicas, físicas e biológicas que aceleram sua degradação. Ela configura-se no instante em que é obtida, sendo única e singular (MARCONDES, 2002) e, portanto exige um tratamento diferenciado. Embora, no momento, a fotografia digital seja utilizada pela maioria das pessoas para fazer os seus registros, muitas instituições e famílias continuam a preservar os seus acervos com imagens em papel e filmes (negativos e positivos). Apesar dos avanços tecnológicos estes ainda continuam sendo suportes confiáveis para a conservação da memória, exigindo medidas preventivas que assegurem sua preservação e o acesso por parte dos consulentes.

Assim, a política de preservação tem como princípio estancar a deterioração das coleções através de tratamentos preventivos e ativos, acondicionamento e guarda apropriados dos materiais fotográficos, além, é claro, da formação de pessoal especializado que possa divulgar as coleções para o público interessado. (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p.17)

As maiores causas da deterioração fotográfica decorrem tanto de fatores externos como internos. As ações externas dizem respeito ao contato humano, ambiente e acondicionamento. O manuseio inadequado provoca marcas digitais, sujeira, rasgos e fraturas. Outro fator relevante é o acondicionamento com materiais impróprios, bem como a instabilidade climática, ou seja, falta de controle sobre a umidade relativa do ar e de temperatura. A higiene e o asseio também são importantes, pois em ambientes sujos proliferam insetos e fungos que danificam a imagem e o suporte fotográfico. Estes fatores acarretam a deterioração física, química e orgânica do material, facilitando o aparecimento de manchas, amarelecimento, deformidades e destruição da camada de gelatina.

ao entrar em processo de deterioração, os produtos liberados nas reações químicas aumentam a velocidade da degradação, colocando em risco também outros materiais fotográficos mais estáveis armazenados por perto (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p.36).

As causas internas referem-se aos próprios componentes do processo fotográfico, como é o caso dos negativos em base de nitrato de celulose e de diacetato de celulose que naturalmente se deterioram, devido à sua instabilidade química (BARUKI; COURY, 2004).

Os negativos de nitrato de celulose, por exemplo, são bastante instáveis e em determinados graus de degradação entram em combustão, ocasionando o risco de incêndios, sendo necessário o seu armazenamento separado de outros materiais. Estes filmes foram fabricados até a década de 1950, sendo substituídos por outros materiais considerados mais estáveis, como é o caso do diacetato de celulose, muito embora este também tenha alto índice de degradação, provocando o encolhimento do suporte enquanto a emulsão mantém o mesmo tamanho. Desta forma surgem “bolhas” que impedem a reprodução dos negativos. Outro fator de degradação é a chamada síndrome do vinagre provocada por condições inadequadas de temperatura e umidade e favorece a deterioração dos filmes através da liberação do ácido acético, exalando o odor de vinagre. Atualmente, após a fabricação do triacetato de celulose, o poliéster é a alternativa mais segura contra a ocorrência desta síndrome (FILLIPI;LIMA;CARVALHO, 2002).

Bueno (2010) apresenta outra forma de diferenciar os tipos de deterioração e descreve-os como fatores físicos, químicos e biológicos. Os fatores físicos dizem respeito às radiações eletromagnéticas, intensidade da luz, incidência de raios ultravioleta, temperatura, umidade e poluição do ar. Os fatores químicos correspondem ao uso de pigmentos, colas e tintas nos suportes fotográficos e os biológicos caracterizam a presença de insetos, fungos, roedores e pequenos animais decorrentes da falta de asseio, bem como a manipulação humana. Além destes fatores, o autor recomenda o planejamento quanto à prevenção de incêndios e inundações. No primeiro caso, é aconselhável o uso de extintores, sinalizadores, saídas de emergência, uso de pisos e revestimentos não inflamáveis, detectores de fumaça e temperatura, estantes de metal, instalação elétrica adequada, aterramento e pára-raios. Em relação a inundações deve-se atentar para instalações hidráulicas satisfatórias e evitar pias e banheiros próximos ao acervo. Ainda de acordo com o autor, falhas no processamento de filmes fotográficos, ataques biológicos, materiais de baixa qualidade, armazenamento e manuseio inadequados são os principais fatores da deterioração fotográfica.

Para Pavão (1997) as formas de deterioração fotográfica dizem respeito ao desvanecimento, perda de pormenor, espelho de prata, amarelecimento da imagem em geral e alteração do equilíbrio de cor. O desvanecimento consiste na redução da densidade da imagem, através da perda do contraste, dificuldade de ler os detalhes, presença de sombras cinzentas ou com alguma cor dominante. Este tipo de degradação pode ocorrer em pontos isolados ou em toda a imagem. A perda de pormenor é um estado avançado de desvanecimento, onde os detalhes delicados da imagem são perdidos e ocorrem nas zonas mais claras da imagem. O espelho de prata ocorre em fotografias preto e branco com a

formação de uma película cor de chumbo brilhante que se assemelha a um espelho. Este caso não acontece em zonas brancas e em fotografias de apenas uma camada. O amarelecimento da imagem ocorre apenas nesta e mantém intactas as margens e zonas brancas. Pode ocorrer somente nas zonas claras, como também em toda a imagem. O amarelecimento geral apresenta deterioração do ligante e ocorre nas margens, zonas claras e zonas escuras da fotografia e é bastante comum nas provas de albumina e cromogêneas. O falseamento da cor original da fotografia é um fenômeno chamado alteração do equilíbrio de cor que consiste na formação de uma cor dominante nas imagens, afastando a cor original e resulta do desvanecimento de algum corante, tornando os demais mais visíveis.

Diante da deterioração das imagens fotográficas, são necessários cuidados fundamentais para a preservação. Abreu (1999) aponta como essenciais: o uso de superfície de apoio forrada a fim de evitar contato com a poeira; lavar e secar bem as mãos antes de entrar em contato com o material, usar luvas; evitar uso de canetas durante as consultas; não retirar as imagens dos seus acondicionamentos; criar normas de consulta; utilizar mobiliários e outros materiais apropriados. Recomenda-se, também, que os registros fotográficos sejam dispostos em um espaço reservado e fechado, evitando contato com a luz e a poeira, sendo acondicionados individualmente, “evitando-se, desta forma, qualquer tipo de contaminação entre as peças” (ABREU, 1999, p.25).

Outro fator relevante é a preservação dos originais, através da produção de cópias de segurança.

é fundamental que todo material seja reproduzido, preservando-se os originais. Até mesmo as coleções de negativos devem ter uma cópia de segurança, evitando-se utilizar o original a cada solicitação de cópia pelo usuário (MARCONDES, 2005, p.6).

Diante destas considerações, as políticas de preservação são fundamentais e necessárias em instituições que abrigam acervos fotográficos, neste sentido permite-se a recuperação da informação, de maneira que a memória não seja apagada (SILVA, 2007). Para Abreu (1999), as soluções preventivas dependem da criatividade aliadas ao embasamento científico. Além disso, deve haver interesse das instituições na busca por alternativas viáveis frente a escassez de recursos e a presença de profissionais habilitados capazes de conduzir políticas satisfatórias de preservação.

## 6.1 Estrutura

O CONARQ (2000) recomenda que os arquivos procurem destinar espaços físicos para as diferentes atividades que são normalmente desenvolvidas nestas instituições. O depósito corresponde a 60% da área construída e deve ser isolado das demais atividades, bem como deve ser previsto o seu crescimento; a área destinada a trabalhos técnicos e administrativos corresponde a 15% e inclui: salas administrativas, de reuniões, sala de triagem onde é realizada a limpeza e desinsetização de documentos recém chegados; tratamento técnico, almoxarifado, serviços de limpeza e segurança e lavatórios. A área destinada ao público corresponde a 25% e compreende *hall* de entrada, balcão de informações, protocolo, salas de consulta, biblioteca de apoio, serviços de reprografia, área de alimentação e banheiros. As salas de consulta devem ser calculadas tendo por média 5m<sup>2</sup> de espaço ocupado por consulente, devendo ser considerados os móveis e os equipamentos ali existentes.

Os edifícios destinados às instituições arquivísticas, quando projetados ou adaptados, devem atentar para: a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, o uso de materiais duráveis que isolem a passagem de calor e umidade, fundações livres de umidade e aberturas que permitam ao mesmo tempo a vedação e a ventilação. Devem ainda ser considerados: a demanda de trabalho, o fluxo de público, volume, formato e expectativa de crescimento do acervo, condições do terreno e localização, riscos ambientais (inundações, deslizamentos, focos de microorganismos e ventos), proximidade a áreas poluentes, redes de alta tensão, tráfego aéreo e terrestre intenso, ruídos e risco de incêndios. Grandes áreas envidraçadas devem ser evitadas, pois não protegem o acervo das variações climáticas e ocasionam o efeito estufa. Outro fator importante é avaliar a disposição dos serviços e acervo da instituição. No caso de edifícios verticais, os depósitos, devido ao peso dos materiais e a possibilidade de retirada no caso de inundações e incêndios, devem estar localizados no andar inferior, enquanto que as salas de trabalho e consultas, que necessitam de silêncio, precisam estar localizadas no andar superior. “O andar térreo é ainda mais adequado à recepção de documentos, com áreas especiais para a triagem, higienização e desinfestação dos documentos” (CONARQ, 2000, p.8). No caso dos edifícios verticais, devem ser prevista a construção de escadas e a instalação de elevadores e as áreas de trabalho e consulta devem ser bem iluminadas. Sistemas de renovação de ar devem estar disponíveis nas “salas de processamento fotográfico, duplicação de microfílm, limpeza de documentos e de restauração, estoque de produtos químicos e as que possuem copadoras e impressoras



eletrostáticas, devido à liberação de vapores de ozônio, devem contar com a extração de ar, de acordo com as normas técnicas em vigor para produtos voláteis” (CONARQ, 2000, p.12).

Nas áreas de depósito algumas observações são necessárias: deve-se evitar a sua localização em subsolos ou porões, o seu sistema de ar condicionado<sup>11</sup> deve ser independente das demais salas e deve ser usado de forma ininterrupta<sup>12</sup>, “O sistema de ar condicionado ideal é aquele que controla a temperatura, a umidade e ainda filtra os agentes poluentes” (CONARQ, 2000, p. 15). Caso não haja estes equipamentos, o ideal é que as salas sejam bem ventiladas e se faça uso de umidificadores em locais de clima muito seco e desumidificadores em locais mais úmidos, como é o caso do CPG, exaustores e ventiladores e os móveis sejam dispostos adequadamente de forma a permitirem a circulação do ar; os revestimentos externos devem ter tonalidades claras, de forma a isolar o calor e a umidade e devem ser isentos de formaldeídos e outros poluentes e resistentes ao fogo; os pisos devem ser laváveis, sendo possível retirar de forma fácil o acúmulo de sujeiras e poeira; caso o piso seja de madeira, deve ser tratado contra insetos e fogo; as portas devem ser largas para entrada de equipamentos e mobiliários e contra incêndios é aconselhável o uso de portas corta-fogo; estes locais devem receber a menor insolação possível; evitar a presença de materiais inflamáveis; os sistemas de energia elétrica devem ser independentes; tubulações hidráulicas e elétricas não devem ser dispostas sobre os depósitos.

O Arquivo Público do Paraná (2007) recomenda que sejam verificadas constantemente as instalações hidráulicas e possíveis infiltrações que podem surgir de perfurações em telhados e entupimentos em calhas e encanamentos. As instalações hidráulicas, conforme o CONARQ (2000) devem indicar de maneira clara suas válvulas de abertura e fechamento. As águas pluviais devem ser canalizadas próximas ao edifício, evitando a penetração da água pelo solo. As instalações elétricas das instituições arquivísticas devem atender às especificações técnicas. A chave geral de energia deve estar em local de fácil visualização e acessível aos funcionários. Todas as instalações devem dispor de luzes de emergência. Interruptores de luz elétrica devem estar dispostos nas principais passagens e ao final de cada estante de documentos. Tomadas de energia elétrica precisam estar dispostas a cada 4 ou 6 metros, a uma altura mínima de 1 metro do chão, para facilitar o uso de equipamentos como

---

<sup>11</sup> No caso da transferência de acervo fotográfico para nova construção, os equipamentos de climatização devem ser instalados antes do processo de mudança (BARUKI; COURY, 2004).

<sup>12</sup> O ideal é manter estes equipamentos ligados 24 horas por dia, a fim de manter as condições climáticas estáveis, caso isso não seja possível, desaconselha-se o uso, em virtude das oscilações que podem danificar ainda mais as coleções.

aspiradores de pó, além de serem protegidas. Os cabos elétricos devem ser instalados em dutos aparentes. Os computadores instalados devem ter sistema de energia elétrica independente, aterrada e estabilizada, prevendo o aumento de carga (CONARQ, 2000).

Baruki e Coury (2004) aconselham, ainda, que as áreas de depósito sejam dotadas de equipamentos de segurança, detectores de fumaça e equipamentos de combate a incêndios e que a presença de aberturas, como portas e janelas, seja restrita. Nestes espaços é desaconselhável que os documentos sejam dispostos diretamente sobre o chão e as estantes devem ter suas bandejas a no mínimo 10 centímetros do chão. Fillipi, Lima e Carvalho (2002) recomendam que a sala do acervo seja livre de umidade, climatizada, revestida de materiais inertes e não combustíveis, onde as janelas e portas sejam isoladas e os equipamentos contra incêndio sejam visíveis e acessíveis. Ainda nestes espaços, a limpeza deve ser rotineira, com monitoramento de umidade relativa, temperatura e presença de microorganismos e longe das radiações solares e de calor. Máquinas copiadoras devem ser evitadas, bem como a presença de produtos caseiros (SPINELLI JR, 1997).

O edifício da instituição também deve ser observado. Grandes espaços abertos e escadas ornamentais devem ser evitados, pois dificultam o combate a incêndios, caso venham a ocorrer. “As tubulações para cabos elétricos, de comunicação, computadores ou similares, quando percorrem vários andares no sentido vertical, devem ser dotados de dispositivo para interromper o fogo, a cada andar” (CONARQ, 2000, p.18) Os materiais empregados na construção devem ser livres de combustão e protegidos contra chamas e fogo. Aconselha-se a instalação de portas corta-fogo, corredores e escadas de emergência, detectores de fogo e a correta distribuição de extintores de incêndio manuais e automáticos. “Os extintores manuais, à base de água, CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) ou pó químico, devem ser distribuídos pelos depósitos de acordo com as normas vigentes, independentemente da existência de extintores automáticos” (CONARQ, 2000, p. 19). Os extintores automáticos mais recomendados para os depósitos de documentos são do tipo aspersores ou *sprinklers*, pois liberam uma camada fina de água. “Normalmente, quando acionados, não chegam a causar sérios danos aos documentos. Mesmo assim, devem atuar de forma setorizada, excluindo as áreas ainda não atingidas pelo fogo” (CONARQ, 2000, p.19).

Segundo Costa (2003) diversos são os desastres que podem atingir uma instituição arquivística. Podem ser ligados a causas naturais como tempestades, raios e descargas elétricas, ligados a instalações hidráulicas como rompimento de tubulações, inundações, obstruções de calhas e o fogo. Além da queima, o fogo, através da fumaça e fuligem, provoca manchas nos documentos. O seu combate com água pode ser perigoso, visto que sua

utilização pode deformar os documentos, fazendo com que as tintas escorram e muitos apodreçam. As inundações, por sua vez, também são altamente prejudiciais, pois a água pode estar contaminada por produtos químicos ou por microorganismos.

## **6.2 Armazenamento e acondicionamento de materiais fotográficos**

O acondicionamento de materiais fotográficos, de acordo com Fischer e Robb (2001), consiste em três níveis de proteção, a saber: o primeiro nível consiste no acondicionamento através de envelopes, o segundo corresponde à guarda destes em caixas e o terceiro à colocação das caixas em armários ou estantes, isto retarda as oscilações de temperatura e umidade relativa. Assim, “o armazenamento é o sistema que recebe o documento, acondicionado ou não, para ser guardado. Consiste no mobiliário das salas destinadas à guarda do acervo: estantes, arquivos e armários” (CASSARES, 2000, p. 36). A armazenagem adequada consiste na separação dos documentos de acordo com seus suportes e especificidades, conforme segue:

- documentos textuais, como manuscritos e impressos;
- documentos encadernados;
- documentos textuais de grande formato;
- documentos cartográficos, como mapas e plantas arquitetônicas;
- documentos iconográficos, como desenhos, gravuras e cartazes;
- documentos em meio micrográfico;
- documentos fotográficos;
- documentos sonoros;
- documentos cinematográficos;
- documentos em meios magnéticos e ópticos.

Os filmes em bases de nitrato e de acetato de celulose devem ser armazenados separadamente, de acordo com sua base e condição de preservação (CONARQ, 2005, p.11).

O mobiliário adequado, observadas sua estrutura e matéria prima utilizada na sua constituição, é fundamental para um correto armazenamento de material. As estantes, por exemplo, possuem capacidade máxima limitada de carga, indicada pelo fabricante, que não deve ser ultrapassada. O peso decorrente do excesso de documentos dificulta a retirada de caixas das prateleiras, fazendo com que as caixas-arquivo se abram ou caiam, rasgando e amassando os documentos, bem como facilita a infestação de microorganismos. (COSTA, 2003). Os móveis devem ser de aço carbono fosfatizado e pintura eletrostática ou madeira

tratada, sem zonas pontiagudas ou remendos. Quando a escolha recair sobre estantes, estas devem ser reforçadas com tirantes metálicos em forma de X, possibilitando que as mesmas sejam mantidas alinhadas. As mesas das salas de consultas devem ser largas e as mapotecas são as mais indicadas para fotografias de grandes dimensões (CONARQ 2000).

As imagens devem ser acondicionadas separadamente conforme seu processo. O ideal é que se observe o suporte sobre o qual está fixada a imagem fotográfica, assim elas podem ser agrupadas conforme a base seja ela papel, plástico, vidro, metal, entre outros. Depois, podem ser classificadas entre emulsões preto e branco e coloridas (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002). É através do acondicionamento que as fotografias ficam protegidas das variações de temperatura, umidade relativa do ar, luz, migração de acidez de um documento a outro, desastres como incêndios e inundações (COSTA, 2003). Os sistemas de proteção direta consistem nos materiais que entram em contato direto com as fotografias, que devem ser inertes e de boa qualidade, de acordo com normas internacionais, como é o caso do PAT (*Photographic Activity Test*) (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002), por isso Kennedy (2004) aconselha que não se considere como correto o dito popular de que tudo que é livre de ácido é bom à preservação. Quanto ao uso de plásticos, recomenda-se o poliéster, polietileno e polipropileno. As embalagens plásticas por serem transparentes facilitam a visualização das fotografias, evitando que as mesmas sejam retiradas de seus invólucros. Deve-se tomar cuidado para que estas fotografias não fiquem impedidas de respirar dentro destas embalagens, por isso é necessário controlar a umidade relativa do ar e temperatura. Os invólucros de PVC (cloreto polivinílico) devem ser evitados, devido a sua instabilidade e por não ser um material inerte (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002). Kennedy (2004) salienta as desvantagens dos plásticos são o seu custo, normalmente mais caros, seu peso e sua carga eletrostática que atrai poeira sujidades e a impossibilidade de identificação da fotografia a lápis sem que sejam retiradas dos invólucros. Para saber se um plástico é confiável para preservação, pode-se fazer um teste: colocar uma amostra do plástico ao sol, num vidro limpo com tampa de metal durante uma semana, após este período abrir a tampa e sentir o cheiro. Se for observado um odor ou o aparecimento de uma película no interior do vidro, o plástico não é adequado (OGDEN, 2001).

Os papéis utilizados no acondicionamento de fotografias devem ser neutros, com pH próximo a 7,0. Para as fotografias preto e branco se faz necessário o uso de papéis levemente alcalinos, com pH entre 7,5 e 8,5, “para garantir a neutralização da acidez vinda da deterioração das fibras do papel fotográfico a ser embalado” (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 46). Papel manteiga ou cristal (DRUMMOND, 2006) e papéis ácidos, do tipo Kraft

contendo lignina, enxofre e outros ácidos, devem ser evitados (COSTA, 2003). Dentre as desvantagens dos envelopes de papel estão a opacidade, fazendo com que seja necessária a remoção da fotografia do seu invólucro, podendo causar danos à imagem (KENNEDY, 2004). Os envelopes confeccionados para as fotografias devem ser fechados a partir de dobraduras, conhecidos como envelopes em cruz, evitando o uso de colas e adesivos DRUMMOND (2006).

As caixas onde ficam armazenados os envelopes contendo as fotografias devem ser confeccionadas em cartão neutro e reforçadas (FUENTES DE CÍA, 1997). Caso não seja possível confeccionar caixas com papéis inertes, os invólucros internos devem ser confeccionados com estes materiais CONARQ (2000). As caixas também são aconselhadas para a armazenagem horizontal de álbuns, evitando desta forma empilhá-los. O ideal é que estes sejam embrulhados em tecidos de boa qualidade, como algodão cru, lavados sem alvejante. Os álbuns não devem ser empilhados.

No caso de daguerrótipos, ambrótipos, ferrótipos e positivos de colódio acondicionados em estojos, devem ser guardados horizontalmente em caixas (CLARK; WINSOR; BALL, 2005).

Outro caso bastante comum é o armazenamento de recortes de jornais junto às fotografias, sobretudo os impressos após 1840, visto que são compostos de materiais como lignina e outras impurezas. Sugere-se que estes recortes sejam reproduzidos por meio de fotocópias ou microfilmagem. Os recortes originais devem ser tratados e separados dos demais materiais através de pastas ou invólucros de poliéster, evitando que seus componentes contaminantes migrem para os demais materiais (OGDEN, 2001)

A presença de materiais deteriorados é comprometedora e por isso devem ser isolados dos demais, pois podem induzi-los à degradação (FISCHER; ROBB, 2001). Pequenos reparos podem ser feitos com papel japonês ou outro papel alcalino e cola metilcelulose (adesivos, cola branca e em bastão devem ser evitadas). Estes pequenos reparos podem impedir rasgos maiores e no caso de documentos muito danificados os reparos devem ser evitados (COSTA, 2003). A presença de fotografias enroladas também é bastante comum nos arquivos, não devendo nestes casos aplainá-las e nem empilhá-las (CLARK; WINSOR; BALL, 2005). Evitar o uso de invólucros menores que as fotografias, pois isso acaba “lixando” as bordas das fotografias, amassando e dobrando as mesmas, além disso, é preciso evitar o excesso de fotografias dentro de caixas ou pastas. Para a fixação de fotografias, aconselha-se que não sejam utilizadas colas ou fitas adesivas, que fatalmente deixam manchas sobre as imagens, e

se dê preferência a cantoneiras. Clipes ou grampos metálicos também não devem ser usados, pois enferrujam e mancham as fotografias.

### **6.3 Condições ambientais**

Segundo Cassares (2000) os agentes ambientais compreendem a temperatura, umidade relativa do ar, a qualidade do ar e a radiação da luz. O controle da temperatura e da umidade relativa deve ser constante e é importante lembrar que uma é estritamente dependente da outra. De acordo com Fillipi, Lima e Carvalho (2002) a alta temperatura provoca nas fotografias reações químicas que dilatam os corpos, permitindo a absorção de umidade. Desta maneira, a gelatina amolece e a emulsão torna-se enfraquecida, provocando o aparecimento de manchas, esmaecimento da imagem, rasgos e rupturas, além de permitir maior aderência do registro fotográfico a outros materiais, distorcendo seu suporte e até mesmo a imagem. Combinada à alta umidade relativa do ar favorece o aparecimento de fungos e bactérias. “Os índices muito elevados de temperatura e umidade relativa do ar, as variações bruscas e a falta de ventilação promovem a ocorrência de infestações de insetos e o desenvolvimento de microorganismos, que aumentam as proporções dos danos” (CONARQ, 2005, p.12). O excesso de umidade, por sua vez, provoca reações químicas na emulsão, favorecendo o aparecimento de mofo, enquanto que a umidade baixa torna as emulsões, plásticos e papéis mais quebradiços e propensos a rachaduras (CLARK; WINSOR; BALL, 2005). As oscilações destas duas condicionantes são ainda mais nocivas, provocando craquelamento de tintas, ondulações e danos nas emulsões fotográficas. De acordo com Fuentes de Cía (1997), as flutuações de umidade relativa provocam trocas físicas e químicas que aceleram a deterioração dos materiais fotográficos. Os componentes fotográficos ao mesmo tempo cedem e absorvem água do ambiente produzindo tensões mecânicas e trocas químicas, diminuindo a vida útil das fotografias. O transporte, nestes casos, das salas de armazenagem às salas de consulta também deve ser cuidadoso, visto que o choque térmico provocado entre um e outro ambiente pode provocar danos às fotografias, como a condensação de água sobre as imagens e embalagens.

O controle ambiental deve monitorar de forma rígida a temperatura e a umidade relativa do ar, no caso especial das fotografias, as condições de temperatura e umidade

relativa diferem dos demais documentos. Para as preto e branco, a temperatura ideal está em 12°C e oscilação de 1°C para mais ou para menos em períodos de 24 horas, umidade relativa por volta de 35% e oscilação por volta de 5% para mais ou para menos a cada 24 horas. As fotografias a cor devem estar acondicionadas em temperatura de cerca de 5°C e oscilação de 1°C a cada 24 horas e UR de 40% e oscilação de 5% a cada 24 horas (CONARQ, 2005). Fuentes de Cia (1997) alerta para o fato de que a maioria das instituições armazenam as fotografias junto aos demais documentos, nestes casos o aconselhado é que a umidade relativa esteja por volta de 40%, não ultrapassando 50% e a temperatura seja a mais baixa possível Da mesma opinião é Spinelli Júnior (1997) ao afirmar que as fotografias se preservam melhor em temperaturas mais baixas, que não ultrapassem 20 °C, com uma variação aceitável de 2°C para mais ou para menos em períodos de 24 horas. Este controle de temperatura e umidade pode ser feito através de uso de equipamentos de forma ininterrupta, durante 24 horas, inclusive finais de semana e feriados, de forma a evitar oscilações. Dentre os equipamentos recomendados estão os climatizadores de ar, ar condicionados e desumidificadores de ar (COSTA, 2003).

Outro fator preocupante é a exposição das fotografias às radiações ultravioletas, que podem estar presentes tanto nas lâmpadas fluorescentes, como na luz solar direta. Estas radiações provocam a oxidação, tornam o papel frágil, quebradiço, amarelecido ou escurecido, além disso, as tintas desbotam ou até podem mudar de cor (CASSARES, 2000). De acordo com Kennedy (2004) as fotografias coloridas são mais instáveis à luz, da mesma forma que materiais como albumina e gelatina tendem a desbotar quando expostos de forma prolongada. Por isso a exposição de imagens fotográficas deve ser uma atitude bastante responsável e analisada segundo os seguintes critérios: “Será que outra imagem poderá ser mostrada no seu lugar? Será que uma cópia ou um fac-símile poderão ser utilizados? Será que a duração da exibição poderá ser encurtada e os níveis de luz diminuídos para proteger a imagem? Ou, em caso de empréstimo, podem os arranjos para o empréstimo ser desfeitos?” (KENNEDY, 2004, p. 2) Cada vez mais as instituições estão cientes de que a exibição permanente não é apropriada e recorrem a reproduções de qualidade, de forma a preservar as originais. De acordo com Cassares (2000), quando das exposições, as seguintes medidas devem ser adotadas: exposições de fotografias rápidas, níveis de luz os mais baixos possíveis e as vitrines de exposição sem lâmpadas em seus interiores. As exposições quando estritamente necessárias devem contar com sistema de iluminação setorizada, ou seja, a luz permanece ligada por tempo determinado (CONARQ, 2005). Além disso, conforme Kennedy (2004), podem também ser utilizadas lâmpadas ativadas pelo observador através de sensor de

presença, de forma que as fotografias só são iluminadas quando observadas. “Em casos raros, algumas instituições têm usado o artifício de envolver as peças mais sensíveis com uma cortina de tecido que tem de ser aberta para permitir a visão”. Quanto às salas de acervo, o CONARQ (2005) recomenda: evitar a presença de máquinas copiadoras, do tipo Xerox, devido à alta radiação ultravioleta por ela provocadas; utilizar filtros, persianas e cortinas nas janelas, bem como filtros nas lâmpadas fluorescentes e evitar lâmpadas de mercúrio ou sódio, pois emitem de forma intensa radiação ultravioleta e dispor as prateleiras das estantes de forma perpendicular às janelas, evitando assim a incidência direta das radiações solares sobre o material arquivado. Fuentes de Cía (1997) recomenda que as lâmpadas utilizadas sejam de baixa radiação ultravioleta, como as de tungstênio e as LED (*Light Emission Diode*) que emitem baixos índices de radiação, não esquentam e consomem pouca energia. Além disso, os materiais quando não utilizados sejam dispostos em caixas ou sob panos. Por fim, Kennedy (2004) acrescenta que os filtros das lâmpadas fluorescentes devem ser monitorados e trocados sempre que necessário.

O ar que circula pelo ambiente também pode apresentar poluentes e poeiras que agredem os documentos, por isso é fundamental o controle externo e interno que garanta a sua qualidade nos ambientes do acervo. Os poluentes externos podem ser o dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de nitrogênio (NO e NO<sub>2</sub>) e o Ozônio (O<sub>3</sub>) que ocasionam danos sérios e irreversíveis aos materiais, deixando o papel quebradiço e desfigurando muitos documentos, devido ao seu poder abrasivo (CASSARES, 2000). De acordo com Costa (2003), o dióxido de enxofre resulta da queima dos combustíveis fósseis lançada na atmosfera provém dos fornos industriais e automóveis, o trióxido de enxofre combina o dióxido de enxofre com oxigênio, o ácido sulfúrico resulta da combinação de trióxido de enxofre e água, ocasionando manchas, escurecimento e perda de resistência do papel e por fim o ozônio é oxidante e ao atuar sobre materiais orgânicos causam o rompimento das ligações entre os átomos de carbono. Os poluentes internos decorrem de solventes de pinturas, produtos de limpeza e derivados do petróleo. A existência de aparelhos de ar condicionado centralizados agrava a liberação de poluentes, acelerando reações químicas. O pó também é prejudicial, pois contém inúmeras partículas de terra, areia, fuligem, esporos de microorganismos, resíduos ácidos e gasosos que cortam e agredem os documentos, aderindo à superfície e ao interior dos documentos, através das suas fibras. Para a qualidade do ar é necessário o devido controle da emissão de poluentes com o uso de filtros em condicionadores de ar, evitar a construção de edifícios próximos a fontes de poluição (CONARQ, 2005), evitar pinturas a óleo, madeiras aromáticas, tapetes, vernizes e renovar constantemente o ar (FUENTES DE CÍA, 1997).



Os filmes fotográficos também merecem atenção especial, principalmente os coloridos confeccionados antes de 1980 e que sofrem diversas alterações químicas provocadas por altas temperaturas. O ideal é que estas películas sejam acondicionadas a baixas temperaturas. Por outro lado é preciso observar que negativos e positivos de ferrotipias e de chapas úmidas de colódio e materiais à base de colódio e albumina não devem ser armazenados abaixo de 5°C, pois podem se deteriorar (CLARK; WINSOR; BALL, 2005). Os riscos mais sérios de deterioração em películas ocorrem nos filmes de nitrato de celulose e acetato de celulose, principalmente em negativos fabricados entre 1890 e 1960. A degradação do nitrato de celulose torna o negativo mais frágil, contraído, pegajoso e com sinais de desvanecimento, enquanto que o negativo de acetato de celulose torna-se fragilizado, coberto por pequenos cristais, fazendo com que a base encolha. Nestes casos o ideal é diminuir a umidade relativa do ar, de 50% a 20%, enquanto que a temperatura deve estar entre 20°C e 31°C. Estas medidas garantem uma vida útil da película de até quatro vezes mais (REILLY, 1991).

Vale ressaltar que todo sistema de controle, seja da temperatura, da umidade relativa, dos contaminantes do ar ou das radiações ultravioleta devem ser constantemente monitorados.

#### **6.4 Agentes biológicos**

Os agentes biológicos de deterioração classificam-se em insetos, roedores, fungos e bactérias e sua presença depende das condições ambientais do local de guarda, resquícios de alimentos, temperatura e umidade relativa elevadas, pouca circulação de ar e falta de asseio (CASSARES, 2000).

Segundo Souza (2003), as bactérias e fungos possuem estruturas reprodutivas resistentes chamadas esporos que podem permanecer livres até encontrarem ambiente favorável à sua reprodução. Os fungos alimentam-se de papéis, colas e pigmentos e seu crescimento e reprodução se dão em ambientes de elevada temperatura, entre 22 e 30° C, com pouca circulação de ar e falta de asseio (COSTA, 2003). Os documentos atacados por fungos tornam-se frágeis e levemente umedecidos, com aspecto semelhante a um algodão. Podem apresentar manchas com diferentes cores e texturas. Os resíduos liberados pelos fungos deixam manchas irreversíveis e provocam acidez e deterioração, além de deixarem o papel frágil. Quebradiço e escurecido (SOUZA, 2003). As bactérias podem ter uma só célula ou

uma colônia de células e sua reprodução pode se ocorrer através de uma única célula. O seu crescimento ocorre com temperatura entre 20 e 37°C (COSTA, 2003) Segundo Cassares (2000) e Costa (2003) a presença de fungos pode ser evitada através da tomada das seguintes medidas:

- Controlar e evitar oscilações de temperatura e umidade relativa do ar durante as 24 horas do dia;
- Higienizar rotineiramente o local e o acervo;
- Evitar o uso de água para a limpeza, utilizando aspirador de pó;
- Manusear materiais atacados por fungos com o uso de EPIs, como luvas de látex, toucas e máscaras descartáveis, aventais e óculos de proteção;
- Permitir a adequada circulação de ar;
- Evitar estantes metálicas que propagem oxidação ou ainda estantes de madeira facilmente deterioráveis;
- Não dispor fotografias em caixas totalmente fechadas que propiciem a formação de microclimas;
- Evitar forros e pisos de madeira;
- Adequar instalações hidráulicas;
- Afastar o acervo das paredes, instalações hidráulicas, plantas e jardins;
- Espaçar estantes;
- Utilizar materiais inertes;
- Monitorar presença de esporos de fungos e bactérias;
- Evitar fungicidas e bactericidas;
- Separar materiais infestados dos demais;
- Utilizar aspirador de pó equipado com filtro para partículas. O uso de espanador vassoura deve ser evitado, pois não retira e sim espalha poeira;
- Manter as janelas fechadas, principalmente em dias úmidos;
- Evitar vasos de plantas.

Como consequência dos fungos está o mofo que deve ser rapidamente detectado, através dos seguintes passos listados por Price (2001):

1. Observar se o mofo é ativo ou passivo através de uma lupa. O mofo em estágio inicial se parece com uma teia, cujos filamentos são as hifas. As cores podem ser variadas;
2. Verificar a presença de umidade e cheiro. Umidade relativa entre 70 e 75% indica mofo ativo e crescente;

3. Testar o mofo com o auxílio de um pincel pequeno e macio. O mofo ativo continua a crescer, enquanto que o mofo passivo danifica os materiais;
4. O mofo pode ser confundido com *foxing*. Este envolve diversos agentes de biodeterioração, incluindo o mofo. O *foxing* apresenta manchas marrom-avermelhadas que podem ser discretas ou em forma de borões, geralmente não apresentam hifas ou mofo visível.

Ao se verificar o mofo, deve-se:

1. Em caso de pequeno sinal de mofo, o material deve ser isolado em sacos de lixo plástico e removido para uma área seca;
2. Grande presença de mofo, o material deve ser isolado sob quarentena e ficar sob responsabilidade de um especialista;
3. Consultar um micologista para identificar a espécie de mofo, pois o mesmo pode ser altamente prejudicial à saúde;
4. Localizar as fontes de umidade como goteiras, vertentes de água, plantas, sistemas de ar condicionado etc.
5. Reduzir a umidade e aumentar a circulação do ar: através de reparos em áreas de infiltração, utilização de ventiladores para circular o ar, abrir janelas no caso de umidade externa inferior à interna; utilizar desumidificadores.

Quando pequenas manchas de mofo forem detectadas apenas no verso da fotografia, sua limpeza pode ser feita como quando no papel, através de um aspirador de pó. A limpeza complexa das fotografias deve ser feita por profissionais especializados, visto que o mofo desestabiliza e danifica a emulsão. Após este processo, as áreas de armazenamento devem ser limpas com aspiradores de pó e bem ventiladas, para receberem novamente os materiais, que devem ser repostos quando a área estiver completamente seca. Os carpetes, tapetes e cortina devem ser limpos, da mesma forma que as entradas de ar. Após a infestação, os materiais, ambiente e móveis devem ser constantemente monitorados, e caso necessário devem ser feitos reparos e melhorias.

Os insetos, segundo Costa (2003), são facilmente adaptáveis a diferentes condições ambientais e bastante resistentes. Sua presença, de acordo com Ogden (2001) se dá através de aberturas como portas e janelas, rachaduras nas paredes, aberturas em encanamentos, plantas localizadas junto à armazenagem, documentos doados infestados e presença de água. Ainda segundo o autor, a temperatura ideal para o seu desenvolvimento está entre 20 e 30°C, sendo que abaixo de -2°C e acima de 45°C muitos insetos morrem e a umidade relativa ideal para seu desenvolvimento está entre 60 e 80%. Estes agentes biológicos preferem locais escuros e

apertados, como pilhas de materiais, poeira, sujeira e são atraídos até mesmo por insetos mortos. Para evitar a sua presença, a temperatura deve estar abaixo de 20°C e a umidade relativa abaixo de 50%. Para que sejam detectados, devem ser inspecionados banheiros, cozinhas, equipamentos de climatização, vertentes de água presentes em canos, tetos e subsolos, eliminadas plantas e examinados e limpos materiais recém chegados à instituição. Estas medidas devem ser tomadas no mínimo uma vez por mês. Segundo, o Souza (2003) os insetos dividem-se em duas categorias: os que atacam superfícies e os que atacam interiores. Entre os insetos de superfície, destacam-se:

- Baratas, cuja reprodução é rápida e sua metamorfose é incompleta, passando de ovo à ninfa e depois à fase adulta (COSTA, 2003). São bastante ágeis, de hábitos noturnos e prole numerosa (SOUZA, 2003). Constroem ninhos subterrâneos em locais escuros, quentes e úmidos, como condutores de instalações elétricas e hidráulicas. São atraídas por restos de alimentos (COSTA, 2003), bem como umidade relativa e temperatura elevadas, e falta de asseio (CASSARES, 2000). Deixam trilhas semelhantes a arranhões nas superfícies dos materiais. Além disso, seus dejetos mancham os documentos, permitindo o surgimento de outros microorganismos (SOUZA, 2003). Cassares (2000) recomenda a contratação de agentes especializados no seu combate, visto que a utilização de iscas é pouco eficaz.
- As traças não possuem asas e seu corpo é alongado e com presença de filamentos ao final de seu abdômen. Sua coloração é cinza prateada e seu tamanho varia entre 0,85 a 1,3 cm. Seus ovos são depositados nas fendas e pontos irregulares de encadernações. (SOUZA, 2003). Ao saírem dos ovos, as traças já possuem sua formação completa, só aumentando de tamanho até se tornarem adultas (COSTA, 2003). Alimentam-se de papéis gomados, colas, tecidos e materiais de origem vegetal em geral (SOUZA, 2003). Adaptam-se bem em locais escuros e úmidos, penetrando entre folhas, móveis e paredes, danificando couros, papéis e fotografias (COSTA, 2003).
- Os piolhos de livros são minúsculos insetos de cor amarelo-avermelhado. Vivem em locais úmidos, preferencialmente entre folhas (COSTA, 2003). Seus hábitos alimentares são variados, alimentando-se, inclusive de fungos. Provocam erosões superficiais nos dorsos das encadernações, onde ficam seus ovos. Não atacam diretamente os documentos, mas indiretamente ao alimentarem-se de fungos e restos de insetos mortos. Roem as encadernações e formam orifícios irregulares (SOUZA, 2003).

Entre os insetos de interiores, encontram-se:

- As brocas que são pequenos besouros em fase larvária que realizam metamorfose completa, através dos estágios de vida: ovo, larva pupa (ou cristália) e imago (ou adulto). Adaptam-se em diferentes ambientes e alimentam-se de materiais como madeiras, papéis e couros, celulose, sendo esta sua fonte de alimentação. Na fase de larva são bastante vorazes, instalando-se em madeiras e no interior de livros apertados ou fechados. São detectadas pela presença de trilhas recobertas por pó que abrem quando trituram o papel para sua alimentação (COSTA, 2003). Segundo Cassares (2000) surgem da falta de limpeza e falta de controle ambiental. São evitadas através da higienização rotineira e prévia de documentos a serem incorporados aos acervos e revisões periódicas. Quando for detectada infestação, deve-se recorrer à ajuda especializada, isolando e tratando os documentos
- Cupins, também conhecidos como térmitas, possuem estrutura social complexa e dividida em castas: soldados, operários, machos, reprodutores e rainha. Seu combate é difícil, pois a exterminação completa depende da eliminação da rainha (SOUZA, 2003). Podem ser de solo e de madeira. Os cupins têm aversão à luz, devido a sua falta de proteção epitelial e alimentam-se de celulose e papéis (COSTA, 2003). Seus ninhos podem estar localizados tanto na área externa como interna do prédio. Os materiais por eles atacados tornam-se extremamente frágeis e repletos de grãos arredondados. Podem ser evitados através do controle de umidade relativa e temperatura, bem como do asseio e acondicionamento adequados. Além disso, deve-se evitar alimentação nas áreas de acervo, evitar locais com pouca luminosidade, bloquear pontos de acesso como ralos e bocas-de-lobo, eliminar umidade, evitar materiais dispostos diretamente sobre o solo, vistoriar materiais a serem incorporados ao acervo, selar frestas e fissuras, evitar produtos químicos para sua desinfestação, procurando auxílio de profissionais especializados (COSTA, 2003).

Os focos de insetos são difíceis de serem localizados, por isso devem ser evitadas mudanças constantes de documentos e mobiliários dos locais (CARRASCO, 2000). Do mesmo modo, o uso de pesticidas também não é indicado, visto que eles não previnem e nem combatem o material infestado, além de serem perigosos à saúde dos funcionários (OGDEN, 2001).

Assim como os insetos e os fungos, os roedores são motivados pela falta de controle de temperatura e umidade relativa e pela ausência de asseio. Adaptam-se bem a diferentes condições climáticas e sua alimentação é baseada em restos de alimentos. O ambiente ideal para sua proliferação é úmido e escuro, preferindo papéis, couros, tecidos e plásticos para a

construção de seus ninhos, onde se mantêm aquecidos. Adentram os depósitos através dos porões, aberturas, forros e tubulações danificando os materiais e transmitindo doenças aos humanos (COSTA, 2003). Para que sua presença seja evitada é preciso que as entradas para os ambientes sejam obstruídas, que a umidade e a temperatura sejam controladas, a limpeza seja regular e que um especialista em zoonoses deve ser contatado para dar as devidas orientações de como combatê-los.

Segundo Kennedy (2004) a presença dos agentes biológicos podem ser detectados pelos seguintes danos:

- Manchas e deteriorações indicam a presença de fungos;
- Perdas indicam a presença de roedores;
- Manchas podem ser resultado da defecção de insetos.

Quando a presença de agentes biológicos for detectada, o fato deve ser registrado e os materiais devem ser transferidos para um local seco, colocados em sacos de polietileno até serem exterminados por profissional especializado. Para evitar a presença destes agentes é preciso: revisar tudo o que entra na área de armazenagem, evitar resquícios e embalagens de comidas e bebidas; revisar o armazenamento; permitir boa armazenagem e asseio; exterminar, através de profissionais especializados, insetos e fungos. Os danos biológicos, em geral, são irreversíveis e seu tratamento deve ser responsável. Além disto, é preciso atentar à presença do homem cujo manuseio inadequado provoca acidez, através da gordura natural e suor das mãos, além de rasgos, riscos, dobraduras, manchas e marcas (COSTA, 2003). Assim, aconselha-se que os profissionais das instituições preocupadas em preservar seu patrimônio disponham de conhecimentos básicos de conservação, seja para efetivamente executá-la, seja para escolher os técnicos capazes de fazê-lo, controlando seu trabalho” (CASSARES, 2000, p.22).

## **6.5 Higienização**

A higienização das áreas de depósito, bem como dos acervos deve ser constante e constitui importante passo para a conservação preventiva. No caso das fotografias, ela deve ser realizada após avaliação do estado dos materiais, visto que muitos documentos, por exemplo, devido ao seu estado de degradação não devem sofrer intervenções, pois isto seria mais nocivo à sua integridade do que a própria presença de sujidades (CASSARES, 2000). É

a rotina de limpeza (mecânica ou química) que aumenta a vida útil das fotografias. O asseio deve ser superficial, procedendo-se de maneira mecânica e a seco, removendo-se a poeira, sujidades, excrementos de insetos e outros que concentram-se na base e emulsão de fotografias, através de pincéis macios ou pó de borracha de vinil. A limpeza química serve para a remoção de colas, adesivos, manchas metálicas e o ideal é que sejam realizadas por profissionais especializados (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2002).

Carrasco (2000) recomenda os seguintes materiais quando da realização da limpeza:

- Pincéis de cerdas macias e flexíveis e adequados ao tamanho do material a ser higienizado:
  - Pincéis pequenos e de cerdas firmes são ideais para limpeza de sujidades incrustadas;
  - Pincéis sopradores são utilizados para áreas muito danificadas ou para fotografias;



Figura 5 – Tipos de pincéis, da esquerda para direita: escova com cerdas macias, pincel japonês com cerdas macias, trincha de cerdas macias, pincéis finos de cerdas firmes, pincel soprador. Fonte: CARRASCO, G. L. de A. **Manual de conservação de acervos**. Joinville SC: Arquivo Histórico de Joinville, 2000.

- Espátulas metálicas, utilizadas de forma cuidadosa, servem para retirada de grampos e outros materiais metálicos;

- Espátulas de bambu eliminam dobras e aderências a outros materiais. No caso de aderências resistentes o aconselhado é a intervenção de um profissional especializado;
- Aspiradores de pó são ideais para limpeza de mobiliários, livros e encadernações. O ideal é que estes aspiradores sejam equipados com filtros que retenham partículas de sujeira e esporos de fungos, protegidos na área de sucção e utilizados em baixa potência;
- Luvas brancas de algodão ou luvas cirúrgicas descartáveis;
- Produtos de limpeza de rápida evaporação, como álcool a 70%.

As superfícies destinadas à limpeza dos materiais devem ser específicas para este fim, arejadas, iluminadas e asseadas antes e após os procedimentos, assim como os demais materiais. O espaço destinado ao tratamento dos documentos deve ser limpo com material levemente umedecido, evitando o uso de cera e produtos de limpeza. O pó de caixas de polionda deve ser limpo com aspirador de pó ou pano levemente umedecido. Caixas de papelão com excesso de pó devem ser imediatamente substituídas. O acúmulo de pó também pode estar presente em carpetes, cortinas e tapetes e por esta razão estes materiais devem ser evitados. Yamashita e Paletta (2006) apontam que as partículas de poeira são capazes de arranhar e cortar os papéis, da mesma forma que a fuligem e o mofo. Este, segundo Ogden (2011) deve ser imediatamente eliminado, a fim de evitar sua propagação. Da mesma forma devem ser evitados: a alimentação nas dependências do acervo, presença de lixo e a presença de plantas tanto na área interna como externa do edifício (na área externa gramados e plantas devem ficar localizados no mínimo 50 cm das paredes do prédio). O ambiente de armazenagem deve ser limpo na sua totalidade: piso, estantes e móveis. O piso deve ser limpo com aspirador de pó, evitando o uso de solventes, cera e água que provocam umidade. As estantes também devem ser aspiradas e no caso de apresentarem incrustações de sujeira devem ser limpas com uma solução de água e álcool 70%, de rápida evaporação, através de um pano bastante torcido e após um pano seco (CASSARES, 2000).

Cassares (2000) alerta que as sujeiras escurecem, desfiguram e deixam manchas que podem penetrar rapidamente nos documentos, tornando-se de difícil remoção. Segundo Drumond (2006) a limpeza das fotografias deve se restringir à remoção de poeira e sujeiras superficiais. O primeiro passo é assear uma superfície plana e forrá-la com papel, de forma que as fotografias sejam apoiadas nela. Caso as imagens estejam acondicionadas em envelopes, recomenda-se que estes sejam retirados das fotografias e não o contrário. O ideal é que seja utilizado um pincel do tipo soprador ou ainda, segundo o Spinelli Junior (1997), a



chamada “boneca” que consiste em uma bucha de algodão envolta em tecido de algodão com que se fricciona pó de borracha vinil (ralada) sobre a superfície do papel, ou seja, somente no verso da fotografia, através de movimentos circulares. Deve ser evitado que o pó de borracha caia entre a emulsão e a base sobre a qual a fotografia foi colocada, isto terminaria “lixando” a emulsão e danificando-a. Para a retirada dos resíduos de borracha deve ser utilizado um pincel macio.

As fotografias infestadas por agentes biológicos devem ser isoladas e tratadas separadamente, através da remoção de excrementos de insetos com o auxílio de lupa e bisturi. A utilização de produtos químicos deve ser evitada, assim como soluções à base de água. Os produtos químicos podem provocar intoxicações e degradação dos materiais e por isso devem ser evitados, além disso, os agentes intrínsecos dos próprios documentos podem degradar-se ocasionando contaminações, no que se aconselha o uso de máscaras e luvas, bem como propiciar a circulação de ar e evitar o contato demasiado com documentos degradados (FILLIPI; LIMA; CARVALHO, 2003). A retirada de fitas adesivas deve ser feita com muito cuidado com o auxílio de bisturi e quando muito aderente aconselha-se a evitar sua remoção, para evitar um dano ainda maior. Yamashita e Paletta (2006) aconselha ainda que grampos e cliques sejam retirados de forma cuidadosa com o auxílio de uma espátula, apoiando a fotografia sobre uma mesa. Posteriormente, utiliza-se um pincel macio ou pó de borracha para retirada da oxidação deixada pelos materiais metálicos. Após a higienização, os documentos devem ser acondicionados em embalagens feitas de papel neutro e adequadas ao formato dos documentos.

## **6.6 Segurança**

A segurança é primordial para a preservação e integridade das fotografias. Cassares (2000) diz que é bastante comum a ocorrência de furtos e vandalismos nas instituições, acarretando inclusive mutilações em diversos documentos. Durante o horário de funcionamento o aconselhável é que haja apenas uma porta de entrada e saída para funcionários e consultentes e que as janelas fiquem fechadas e trancadas. As portas de entrada devem ser bem iluminadas e livres de obstáculos que prejudiquem a visão da segurança. As aberturas devem ser protegidas por grades ou venezianas. É recomendada também a utilização

de um circuito interno de televisão. As portas para o depósito não podem ser livres e nem devem abrir diretamente (CONARQ, 2000). Ogden. (2001) aconselha a utilização de fechaduras de boa qualidade e alarmes em todas as entradas, bem como uma lista atualizada dos responsáveis pelas chaves, que quando desligados da instituição deverão devolvê-las.

Os arquivos devem ser equipados com sistemas de segurança como alarmes e detectores internos, além da adoção de medidas simples como a implantação de armários, fora das salas de pesquisa, onde os usuários possam deixar seus pertences pessoais<sup>13</sup>. Um funcionário deve ser disponibilizado para observar toda a movimentação de pessoas, tendo visão total do que acontece. As pesquisas devem ser precedidas da apresentação de um documento de identidade, bem como da assinatura de livro na entrada da instituição, onde constará a requisição das fotografias desejadas e a finalidade das pesquisas. O material solicitado deverá ser contado e vistoriado pelo funcionário responsável, na frente do usuário, antes e depois da pesquisa. Todas estas recomendações deverão estar devidamente sinalizadas aos usuários, através de placas ou cartazes, para que não haja desentendimentos ou constrangimentos.

## 6.7 Acesso

As instituições devem estar dotadas de regras que proíbam o acesso aos documentos e às áreas de armazenamento. Fillipi, Lima e Carvalho (2002) estabelecem três categorias de acesso aos documentos de arquivo, que denominam de áreas:

1. Área de armazenamento, onde é proibido o acesso do público;
2. Área para pessoal autorizado, onde são realizados os trabalhos técnicos e administrativos;
3. Área de acesso restrito, onde a retirada de documentos deve obedecer um controle rigoroso. Nestes casos, todos os documentos retirados devem ser identificados, de forma que possam ser repostos de maneira segura e adequada, sem danos ou extravios.

As fotografias, enquanto documentos de arquivo, merecem cuidados especiais e o acesso a elas deve ser disponível a um número restrito de usuários, como exemplo professores, pesquisadores, alunos de pós-graduação e funcionários, desde que conhecedores

---

<sup>13</sup> OGDEN (2001) aconselha que só sejam levados às salas de consulta lápis e papel.

das técnicas de manuseio adequado das imagens. A manipulação de fotografias deve ser precedida de um treinamento de usuários por parte dos funcionários, quanto ao manuseio correto dos registros. Toda e qualquer restrição de acesso deve ser previamente justificada ao usuário.

## 6.8 Manuseio

O manuseio inadequado é bastante perigoso às fotografias, tornando-se um importante fator de degradação, por isso deve ser limitado, consciente e responsável. O ato de manusear “abrange todas as ações de tocar no documento, sejam elas durante a higienização pelos funcionários da instituição, na remoção das estantes ou arquivos para uso do pesquisador, nas foto-reproduções, na pesquisa pelo usuário etc.” (CASSARES, 2000,p.22). Segundo o Arquivo Público do Paraná (2007) o contato com as fotografias deve ser acompanhado do uso de EPIs como luvas, jaleco e máscaras, observadas também as seguintes recomendações:

- Transportar fotografias em bandejas de plástico ou acrílico, evitando o manuseio desnecessário;
- Limitar manuseio;
- Manuseá-las com luvas descartáveis ou de algodão sobre uma mesa limpa, sem apoiar mãos e cotovelos;
- Não rasgar e danificá-las quando retirá-las dos seus acondicionantes;
- Não fazer anotações à caneta nas fotografias. Caso necessário, deve-se utilizar lápis macio apenas no verso;
- Não dobrar, marcar ou vincar as fotografias;
- Não colocar os dedos sobre a imagem fotográfica, pois a gordura das mãos deixa impressões digitais de cor marrom nas fotografias;
- Não fazer anotações com caneta nas fotografias. Caso necessário, utilizar lápis macio e fazer anotações no verso.

Além disso, o CONARQ (2000) recomenda que: as fotografias sejam manuseadas com ambas as mãos; não sejam utilizados cliques, grampos e fitas adesivas (nem nas fotografias e nem nos envelopes); sejam utilizadas mesas apropriadas ao formato dos documentos de grandes dimensões e que sejam supervisionados funcionários e usuários que manuseiam as

fotografias. Spinelli Junior (1997) segue dizendo que mesa de trabalho e consulta deve ser forrada de papel neutro trocado sempre que necessário. Os álbuns também devem ser manuseados com as mãos limpas, o que segundo o Manual de Gestão Arquivística do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (2010), diz respeito à ausência de umidade, restos de alimentos, cremes e outras substâncias, e protegidas por luvas. Outro hábito a ser evitado quando do manuseio, é a utilização de saliva, pois esta provoca acidez e o surgimento de bactérias nos materiais, além de contaminarem os usuários com microorganismos e resíduos químicos presentes nos documentos. Clark, Winsor e Ball (2005) recomendam que a utilização de jaquetas de plástico de boa qualidade para a proteção das fotografias, permitindo que as mesmas sejam visualizadas, sem o contato direto.

Sem sombra de dúvidas, o mais importante é que seja realizado um processo de treinamento da equipe de funcionários e esta por sua vez deve treinar os usuários, através da sinalização de regras e práticas quanto ao manuseio “minimizando, assim, os desentendimentos entre pessoal e pesquisadores” KENNEDY; MUSTARDO, 2004, p.25).

## **6.9 Digitalização e duplicação**

Uma proposta atual para a preservação de documentos originais é a utilização das cópias. Neste cenário surge a digitalização de fotografias, através de equipamentos de captura de imagens e a duplicação de negativos

No caso especial dos filmes originais, COSTA (2004) diz que é bastante comum nas instituições as fotografias estarem sem seus respectivos negativos. Nos arquivos do século XIX, isto pode ser explicado pelo fato de que as chapas de vidro como negativo eram reutilizados quando do processamento das fotografias. Nos arquivos atuais, em geral, a ausência se dá pelos seguintes motivos: doação de fotografias sem negativos, materiais doados por fotógrafos que disponibilizam apenas os diapositivos ou cópias em papel, negativos deteriorados, que perdem a sua função e não podem ser copiados, como o nitrato e o diacetato de celulose. Assim, elaborar um projeto de conservação de fotografias e negativos consiste na geração de novos filmes para as fotografias, recuperação de imagens danificadas, redução do manuseio dos originais, salvamento das informações contidas nas fotografias em estado de deterioração, geração de arquivos de segurança e digitalização dos originais.

A digitalização dos originais deve garantir que as informações assim dispostas não se percam frente ao avanço das novas tecnologias e obsolescência de sistemas. Além disso, deve assegurar que a sua captura não danificará a fotografia original e que o processo de deterioração das originais será estancado. Outro fator a ser considerado é se as fotografias digitalizadas estarão disponíveis aos usuários através de computadores instalados na própria instituição, como eles seriam acessíveis (com ou sem restrições) e se o sistema utilizado será de fácil compreensão, contando com um banco de dados com informações sobre a foto, como identificação, forma de captura, proveniência e autenticação das imagens digitalizadas, SILVA (2006) aponta.

Atualmente, os equipamentos mais utilizados para reprodução de fotografias são computadores e *scanner* de mesa, gerando cópias em baixa resolução “Este procedimento é muito útil para a organização do acervo e facilita a geração de cópias de consulta, mas não deve ser considerado como único procedimento de conservação do acervo fotográfico” (COSTA, 2004, p.14). A utilização de fotocopiadoras deve ser evitada, pois emite raios ultravioletas. Caso as cópias reprográficas sejam necessárias o ideal é fazer uma cópia de qualidade e a partir desta as demais, além disso, deve ser evitado o alimentador automático e a superfície da máquina deve ser limpa a cada nova captura. Outra alternativa é a “refotografiação”, através da utilização de máquinas fotográficas, onde há reprodução fotográfica dos originais, tornando o processo mais ágil, rápido e deixa as cópias com tamanhos muito semelhantes (CLARK; WINSOR; BALL, 2005).

O aconselhável é não copiar originais curvos, visto que podem deteriorar-se na tentativa de aplainá-los. No caso de cópias de filmes, estes podem ser copiados para outras películas ou vidros e ainda digitalizados. Assim que as fotografias forem copiadas, é importante que as cópias também sejam bem preservadas, isto garante vida útil das originais, impedindo que estas sejam novamente requisitadas.

## **6.10 Plano de emergência**

O Conselho Nacional de Arquivos (2005) recomenda que seja elaborado um plano escrito com diretrizes para a prevenção e salvamento de acervos no caso de ocorrência de calamidades com água, fogo, agentes biológicos, furtos e vandalismos. Este plano deve contar

com um diagnóstico que garanta a manutenção do edifício, tendo por base os riscos geográficos e climáticos, vulnerabilidades do acervo e questões administrativas. Para garantir sua eficácia devem ser realizadas vistorias periódicas ao prédio para observação das instalações elétricas e hidro-sanitárias, presença e controle de pragas e o estabelecimento de limpezas regulares. É importante também que o plano defina diretrizes para a prevenção, detecção e combate a incêndios, a utilização correta dos equipamentos de emergência, a identificação do acervo, a instrução quanto aos procedimentos de segurança, o treinamento da brigada de incêndio, a sinalização de áreas de segurança e escape, a simulação de situações de emergência e nomeação de uma equipe (titular e substituta) que atue no caso da ocorrência de sinistros, que deverá contar com um coordenador responsável pela tomada de decisões; agentes de comunicação que entrarão em contato com corpo de bombeiros ou defesa civil e demais autoridades que possam auxiliar no caso de calamidades. Todo este processo deve ser acompanhado pelos funcionários, devendo estes ser constantemente treinados. Este treinamento também é fundamental para a obtenção de noções básicas de conservação e preservação.

Um caso bastante preocupante, segundo Ogden (2001), é o acometimento das fotografias pela presença de água decorrentes de inundações ou vazamentos. Este tipo de desastre exige a tomada rápida de decisões e a realização de um tratamento emergencial. Num primeiro momento, devem ser definidos os materiais mais vulneráveis e que precisam das primeiras intervenções. “As fotografias feitas através dos processos citados a seguir devem ser salvas em primeiro lugar: ambrótipos, ferrótipos, negativos de vidro de placa úmida e de placa seca, diapositivos de vidro, filmes deteriorados de nitrato ou filmes de acetato (*safety film*), autocromos, cópias de carvão, woodburytypes, reproduções, deterioradas ou não, de gelatina e materiais em cores. As fotografias em qualquer um desses processos não sobreviverão à imersão” (OGDEN, 2001). Fotografias mais estáveis na água incluem: os daguerreótipos, os cianótipos e as reproduções de papel salinizado, salgado ou albuminado, e os platinótipos. Os processos indicados nestes casos são: a secagem de fotografias ao ar ou o congelamento.

A secagem de fotografias ao ar depende de um bom número de funcionários, de espaço e de tempo. O primeiro passo consiste em separar as fotografias umas das outras, dos seus invólucros e de suas molduras. Quando muito aderentes o melhor é consultar um especialista. Depois de separadas, é preciso deixar escorrer a água em excesso e espalhar as fotografias com a face voltada para cima, sobre um papel absorvente, do tipo mata-borrão, papel jornal não impresso, toalhas de papel ou até mesmo um pano limpo. Neste processo as fotografias podem ficar enroladas.

O congelamento de fotografias é indicado para os casos em que as mesmas não podem ser secas imediatamente ao ar ou quanto estiverem muito grudadas umas às outras. São colocadas várias fotografias dentro de sacos plásticos e depois congeladas. O ideal é que sejam intercaladas com um tecido de poliéster, facilitando a separação das mesmas quando forem tratadas. A secagem das fotografias congeladas poderá ser feita ao ar livre, separando-as cuidadosamente, com a face para cima sobre uma superfície limpa e absorvente. A secagem térmica a vácuo não é aconselhada, visto que as fotografias de gelatina submetidas a este tipo de procedimento podem apresentar manchas e aderência umas às outras. A secagem por congelamento a vácuo não provoca o descongelamento e por isso as fotografias não se tornam aderentes, porém há ocorrência de manchas. Este processo deve ser evitado no caso de placas de vidro de colódio úmido, processos como ambrótipos, transparências de colódio tipo lanterna e ferrótipos, pois não resistem ao congelamento.

Documentos em avançado estado de degradação não devem ser submetidos a intervenções, visto que uma simples higienização pode ser fatal, sendo necessário, posteriormente, um processo de estabilização, ou seja, rompimento da degradação. As intervenções devem sempre constituir-se de métodos reversíveis, ou seja, “(...) caso seja necessário reverter o processo, não pode existir nenhum obstáculo na técnica e nos materiais utilizados” (CASSARES, 2000, p.34). Fillipi, Lima e Carvalho (2003) acrescenta que a estabilização ocorre após a higienização e consiste no reparo de rasgos, dobras, orifícios, partes faltantes e outros. Nesta técnica devem ser utilizados materiais neutros e reversíveis, como o papel japonês e a cola metilcelulose, além disso, a água utilizada para a operação deve ser sempre destilada.

## 7 METODOLOGIA

A curiosidade propõe ao homem que busque de diferentes maneiras as fontes necessárias para a construção do seu saber. A pesquisa científica vem neste sentido corroborar com esta proposta e é através da metodologia que o caminho para a busca de informações relevantes à tomada de conhecimento é traçado (ANDRADE, 1999). A pesquisa poderá ocorrer de maneira qualitativa e quantitativa, dependendo do objeto estudado. A diferença entre as duas é que ao contrário da quantitativa, a qualitativa não se utiliza de métodos estatísticos para a obtenção dos seus resultados. Qualitativamente, um estudo visa descrever as condições e situações e posteriormente analisá-las e a confiabilidade aferida a este método se dá pela proximidade entre o pesquisador e o informante, visto que é esta relação que permite a coleta de informações mais detalhadas (RICHARDSON, 1999).

A técnica de pesquisa, por sua vez, consiste na maneira como os dados são obtidos e

constitui uma etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Depois, será feita a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação dos dados (ANDRADE, 1999, p. 152).

Como suporte à coleta de dados, para a realização desta pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e as seguintes técnicas: observação direta e questionário.

A pesquisa bibliográfica visou subsidiar a construção do questionário, através de um prévio estudo do assunto, a elaboração de um referencial que contextualizou o CPG e as questões referentes à fotografia, como sua evolução, problemas de deterioração, bem como referentes a cuidados básicos para a preservação e conservação de acervos fotográficos.

O diagnóstico teve por base a observação direta e o questionário. A observação direta, segundo Lakatos & Marconi (1992) busca obter dados relevantes à realidade, ou seja, não se deve deter ao aspecto visual da observação, vai além, ela permite analisar e discutir os fatos. Através desta observação, foi possível obter dados sobre as condições ambientais da instituição: temperatura, umidade e asseio; mobiliário e equipamentos; serviços e funcionamento; segurança e acesso. Além disto, foram analisadas condições inerentes às fotografias como: cromia, acondicionamento, dados sobre descrição, data, fotógrafo, informações sobre doação, estado de conservação e nitidez, conforme questões dispostas no questionário (APÊNDICE A). A instituição contém vasto acervo, incluindo as fotografias, cuja estimativa corresponde a mais de 3 mil peças, dentre as quais foram selecionadas 135



que compreendem a amostra analisada neste estudo, tendo por critério a tabela (ANEXO B) contendo as primeiras famílias de imigrantes italianos que chegaram à Quarta Colônia e que se encontra disposta no trabalho de Marilene Scapin intitulado “Mulheres descendentes de imigrantes italianos na Quarta Colônia: mitos estereótipo”. Vale ressaltar que muitos foram os estudos que contemplaram estas primeiras famílias e que a escolha por este trabalho recaiu devido à organização e clareza da tabela elaborada por esta autora, além disto as fotografias selecionadas são de extrema relevância pois retratam a vida dos primeiros imigrantes da Região da Quarta Colônia, bem como seus descendentes.

O questionário, quando elaborado, exigiu do pesquisador um conhecimento prévio sobre o assunto, este que, de acordo com Richardson (1999), constitui requisito fundamental, visto que é exclusivo a cada pesquisa e atende necessidades particulares.

É responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado a respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes das do pesquisador (RICHARDSON, 1999 p. 190).

Este instrumento de pesquisa consistiu em uma série de perguntas que foram respondidas pelo informante sem a necessidade da presença do pesquisador. Isto permitiu que as respostas fossem reveladas de forma mais elaborada, dispondo de mais tempo, permitindo que dados relevantes viessem à tona. Babbie (1999) aponta que o questionário deve ser livre de ambigüidades, opinião esta compartilhada por Andrade que argumenta que a objetividade é primordial para que o instrumento seja satisfatório,

A linguagem empregada deve ser a mais clara possível, com vocabulário adequado ao nível de escolaridade dos informantes. As perguntas não podem sugerir ou induzir as respostas nem ser redigidas nas formas afirmativas ou negativas, que levem à concordância, até pela lei do menor esforço (ANDRADE, 1999, p. 150).

‘O questionário pode ser constituído de perguntas fechadas, abertas ou mistas. As perguntas fechadas apresentam alternativas pré-estabelecidas, são mais fáceis de serem codificadas e respondidas, permitindo que o questionário seja preenchido por completo, aumentando a chance de retorno. Por outro lado, o fato de apresentar alternativas diminui as possibilidades de resposta e podem não corresponder ao que o informante deseja responder. As perguntas abertas possibilitam as respostas através de frases, permitindo maior liberdade na sua elaboração. Por outro lado, sua decodificação é mais difícil e o tempo demandado para o retorno do questionário é maior (RICHARDSON, 1999). Estabelecidos os prós e contras, a opção recaiu sobre um questionário de 34 perguntas mistas, agrupadas conforme o assunto investigado, que foi enviado aos funcionários da instituição e que por eles foi respondido.

Os dados coletados por meio destes instrumentos foram tabulados através de planilhas (APÊNDICE B), o que permitiu o confronto e cruzamento de informações, possibilitando uma gama maior de informações relevantes que permitiram a construção do diagnóstico do acervo fotográfico que compõe esta dissertação.

## 8 DIAGNÓSTICO

O Centro de Pesquisas Genealógicas está localizado no andar superior anexo à Casa Paroquial, ao lado da Igreja Matriz Santíssima Trindade de Nova Palma.



Figura 6 – Vista da parte frontal do CPG. Fonte: acervo pessoal da autora.

O acesso à instituição é feito através de escadas, não dispondo de elevadores. Há uma única entrada, onde tem acesso funcionários e usuários, permanecendo esta geralmente aberta.



Figura 7 – Vista da escada de acesso e da porta de entrada do CPG. Fonte: acervo pessoal da autora.

A instituição é compartimentada conforme o esquema abaixo:

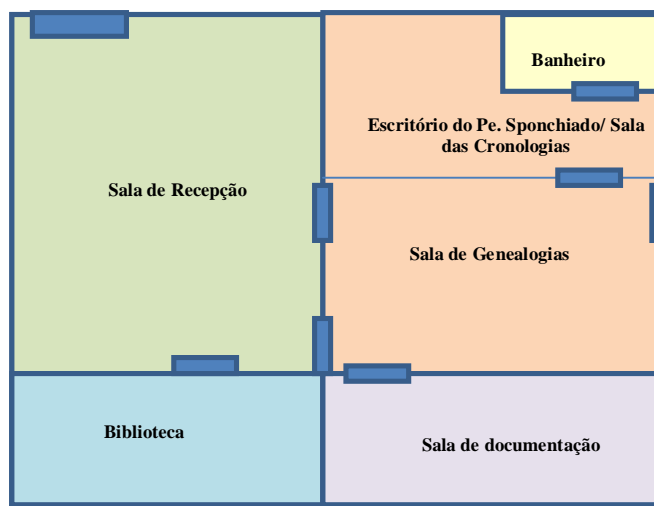


Figura 8 – Esquema de compartimentalização do CPG. Arte: Darlan Junior Barbieri.

Na sala de recepção encontra-se a videoteca do CPG, bem como um espaço para as consultas. Neste espaço estão disponíveis alguns móveis, todos em madeira, como mesas e cadeiras. Os balcões armazenam fitas VHS e alguns livros. As mesas e cadeiras estão à disposição dos usuários, bem como há uma mesa com informativos e um livro de registro que deve ser assinado pelos usuários, com dados como nome, procedência e o motivo da consulta. Há alguns vasos com plantas no local. A iluminação é eficiente e as aberturas, além da porta, constituem-se de bacias protegidas por cortinas.



Figura 9 – Hall de entrada. Fonte: acervo pessoal da autora.



Figura 10 – Área de consulta. Fonte: acervo pessoal da autora.

À direita, em outro compartimento, está a biblioteca, onde além de estantes de aço e livros nelas dispostos, puderam ser avistados outros móveis como mesa em madeira e alguns utensílios domésticos como xícaras de chá e aquecedores, para uso dos funcionários na elaboração de suas refeições. A abertura se dá através de uma persiana coberta por uma cortina de tecido e uma porta geralmente aberta. Em ambos os espaços não há equipamentos de climatização.



Figura 11 - Biblioteca. Fonte: acervo pessoal da autora.

A sala da genealogia dispõe de móveis em madeira como mesas e cadeiras e uma espécie de mapoteca em aço onde estavam dispostos os livros de genealogias. Dentre os equipamentos disponíveis estavam computadores, *scanners* de mesa e uma impressora multifuncional, todos para uso dos próprios funcionários. Não havia computadores para os usuários. Neste local foi possível avistar um aparelho de ar condicionado, com a finalidade de oferecer conforto à equipe de funcionários e consulentes.



Figura 12 – Sala de genealogias. Fonte: acervo pessoal da autora.

À esquerda desta sala, estava o Escritório do Padre Luiz Sponchiado, onde ele realizava seus trabalhos.



Figura 13 – Escritório do Padre Sponchiado. Fonte: acervo pessoal da autora.

Esta sala também pode ser denominada de Sala de Cronologias, visto que estão disponíveis os livros datilografados pelo Padre contendo cronologias. Há ainda fitas VHS, televisores, alguns móveis e uma pia. As fitas VHS atualmente estão sendo convertidas para DVD através de uma parceria entre o CPG e um morador da cidade. Os custos envolvendo este processo dizem respeito apenas à manutenção do equipamento de conversão e à compra das mídias graváveis. Estas fitas são convertidas para um arquivo digital salvo em computador e posteriormente transferidas para DVD-R e para um HD externo, também adquirido pelo CPG, como forma de obter cópias de segurança. Neste espaço há persianas com cortinas. O único banheiro da instituição fica anexo a esta sala.

A Sala de Documentação localiza-se à direita da Sala de Genealogia. A porta de acesso geralmente encontra-se aberta e não há sinalização restringindo a entrada do público. Neste espaço estão dispostas estantes e um arquivo de aço. Nas estantes estão disponíveis as caixas de família que contem a documentação. Estas caixas são de camisa, fornecidas por um alfaiate da cidade. Dentro das caixas estão diversos documentos, incluindo as fotografias. Cada caixa corresponde a um sobrenome, podendo um sobrenome, dependendo da extensão dos documentos, possuir mais de uma caixa, ou ainda mais de um sobrenome ocupar a mesma caixa. A ordenação das caixas/sobrenomes é alfabética. Nos arquivos de aço estão álbuns projetados por Padre Luiz Sponchiado, dispostos em pastas suspensas, confeccionados com materiais reciclados como panfletos, jornais e calendários. Não existem plantas e nem aparelhos de ar condicionado. Há persianas que geralmente permanecem fechadas.



Figura 14 – Caixas de família. Fonte: acervo pessoal da autora.



Figura 15 – Detalhes de uma caixa de família fechada e aberta. Fonte: acervo pessoal da autora

### 8.1 Recursos humanos

Os funcionários da instituição correspondem a um total de 3 e são custeados pela Prefeitura Municipal de Nova Palma. Dentre os funcionários, o primeiro é bacharel e licenciado em História, Mestre em Patrimônio Cultural e Doutorando em História, o segundo Licenciada em Português e respectivas licenciaturas e especialista em Comunicação e o terceiro graduado em ciências com habilitação em Matemática, especialista em Psicopedagogia e especialista em supervisão, orientação e inspeção escolar. As funções são desempenhadas em conjunto por todos os funcionários e compreendem: administração, pesquisa, atendimento ao público, conservação do acervo, divulgação, entre outros. Não há treinamento dos recursos humanos e dos usuários.

### 8.2 Recursos financeiros

O CPG é administrado conjuntamente pelo Circolo Veneto di Nova Palma, Prefeitura Municipal e Paróquia da Santíssima Trindade de Nova Palma que representa a Mitra Arquidiocesana de Santa Maria. A Prefeitura Municipal de Nova Palma auxilia financeiramente na manutenção dos funcionários, bem como através de uma verba anual para a aquisição de equipamentos e materiais de expediente. A Paróquia auxilia com a luz, água e



aquisição de alguns equipamentos. Há ainda as taxas cobradas pelas pesquisas que auxiliam no pagamento de telefone e serviços gerais. Estas três instituições são responsáveis por dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo CPG e além delas há recursos aprovados pela Lei Rouanet para a construção da nova sede.

### **8.3 Acervo**

O acervo do CPG divide-se em genealogia, cronologia, biblioteca, fitas cassete, fitas de vídeo e caixas de família. A genealogia está dividida em 69 livros que contem dados sobre as famílias no que diz respeito a locais de nascimento, casamento, batismo, data e local de saída da Itália e de chegada ao Brasil. A cronologia compreende registros de acontecimentos e informações acerca, principalmente, da imigração, datilografados em papéis rústicos, e que dizem respeito ao período entre o século XVI ao século XXI. A partir do ano 1870 estes documentos estão organizados por ano, meses e dias, onde estão registrados acontecimentos nacionais, estaduais e locais, principalmente sobre as famílias pertencentes à Quarta Colônia. A partir de 1960, os registros passam a compreender informações diárias e cotidianas da vida do Padre Luiz Sponchiado. O acervo da biblioteca é composto de livros, revistas, monografias, teses e jornais que tratam sobre a imigração italiana, alemã e outras, além de assuntos relacionados à história da Igreja, do Brasil, do Rio Grande do Sul e história geral. As fitas de áudio compõem depoimentos com histórias de vida de personalidades da região, registros orais das leituras de documentos pesquisados por Padre Luiz em arquivos regionais, nacionais e internacionais. Estes registros orais foram transcritos posteriormente. As fitas de vídeo registram festas, celebrações religiosas, participações do Padre Sponchiado em eventos, filmagem de locais históricos e outros. As caixas de família são caixas de papel que contém, segundo os funcionários da instituição, aproximadamente 200 mil documentos, divididos em aproximadamente 3 mil fotografias, além de certidões de bastimo, óbito, casamento, correspondências e recortes de jornais e revistas.

## 8.4 Acesso

O acesso ao acervo da instituição é bastante variado, ficando restrito em alguns casos e liberado em outros. Os livros de genealogia, bastante fragilizados, são acessados somente pelos funcionários e as informações solicitadas são repassadas ao pesquisador. Já as caixas de família e as cronologias são disponibilizadas ao pesquisador, sem indicações de como realizar o manuseio correto. Os documentos não são emprestados. Os livros da biblioteca, com exceção de obras raras, são emprestados por 15 dias, podendo ser renovados, mediante a informação de contato do pesquisador e o controle em livro de registros. As fitas de vídeo só podem ser consultadas no CPG. Todas as pesquisas são acompanhadas pelos funcionários.

Dentre os itens mais procurados estão os livros de genealogia e a caixas de documentação das famílias. As pesquisas podem ser realizadas fisicamente ou através de cartas enviadas ao CPG, das quais estima-se que a média fica entre um pesquisador diariamente, o que aumenta consideravelmente em algumas épocas do ano. Dentre os que mais utilizam a instituição estão genealogistas, jornalistas, historiadores, estudantes, professores, além de pessoas da comunidade que tem interesse em conhecer seus antepassados. Os principais motivos das consultas são: fazer árvore genealógica, adquirir dupla cidadania, reconstituir trajetórias familiares, realização de pesquisas sobre a região, imigração italiana, patrimônio cultural, artístico e religioso da região. A difusão do acervo se dá através de um *link* na página da Prefeitura Municipal, participação em exposições locais e regionais e de um *folder* da instituição.

## 8.5 Acervo fotográfico

O acondicionamento das cerca de 3 mil fotografias, até os dias atuais, segue a metodologia definida pelo Padre Luiz Sponchiado, onde as mesmas são arquivadas nas caixas de documentação, conforme o sobrenome do personagem ou correspondente ao fato retratado, podendo estar em subpastas dentro destas caixas, soltas ou em envelopes. Não há um programa arquivístico para a organização das fotografias, mas a instituição reconhece a necessidade de métodos específicos para este acervo. Da mesma forma, não há critério de seleção de materiais específicos e adequados para o acondicionamento do acervo fotográfico.

Os temas mais comuns dos registros fotográficos compreendem eventos familiares, batismos, casamentos, óbitos, casas antigas, escolas, acontecimentos sociais, religiosos e civis

da região e obras como hospitais, cooperativas etc. O cuidado em relação à poeira e luz está condicionada ao uso das caixas de documentação que protegem as fotografias, além disso, apesar de não haver climatizadores, a localização da sala protege da umidade e calor excessivos. Esta preocupação se estende quando da construção da nova sede do CPG. No local atual houve a preocupação do Padre Sponchiado em dispor a documentação em uma sala onde a temperatura pudesse se manter continua a maior parte do tempo. Não há um programa de higienização de fotografias, ficando a limpeza esporádica e superficial, ou seja, sendo realizada apenas na área externa das caixas..

A aquisição de fotografias se dá através de doações ou de cópias e de algumas fotografias produzidas pelo Padre Luiz. Muitas pessoas continuam doando as fotografias originais ou permitindo a reprodução. Há ainda doação de fotos digitais. Não há restrições de acesso ao acervo fotográfico, bem como não há preocupação com o manuseio adequado e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). São permitidas reproduções das fotografias, através do equipamento *scanner* disponível na instituição, desde que sejam feitas as referências da imagem.

Conforme definido na metodologia, a seleção das fotografias recaiu na amostra que teve por critério as 80 primeiras famílias de imigrantes italianos que se fixaram na Quarta Colônia e que compreendem 135 fotografias, 86 preto e branco e 49 coloridas. Foram selecionadas estas fotografias devido à sua relevância para o CPG, pois dizem respeito às famílias pioneiras na região e que por este motivo requerem diretrizes ideais para sua preservação. A partir deste recorte, é possível definir as necessidades de preservação do acervo fotográfico da instituição como um todo.



Figura 16 – Foto em preto e branco pertencente à família Bortolaz.  
Fonte: Acervo do CPG.



Figura 17– Foto em preto e branco pertencente à família Prolla. Fonte: Acervo do CPG.



Figura 18 – Fotografia colorida pertencente à família Vicentini. Fonte: acervo pessoal da autora.

A maioria das fotografias são com emulsão à base de gelatina e halogenatos de prata e em número reduzido aparecem as albuminadas. dos processos tem por emulsão a gelatina, sendo algumas poucas albuminadas. Os formatos são variados, indo da dimensão mínima encontrada: 3x4 cm à máxima de 210mmx297mm. Com base na descrição das fotografias, pode-se definir o quantitativo de originais, cópias e ainda montagens. As originais compreendem 11 fotografias e as cópias 50 fotografias. 74 fotografias não possuem estas informações. Do total de 135 fotografias apenas 9 não possuem descrição. Esta se apresentou de diferentes formas: manuscritas ou datilografadas no verso, sobre a imagem ou sobre o papel que serve de suporte à fotografia.

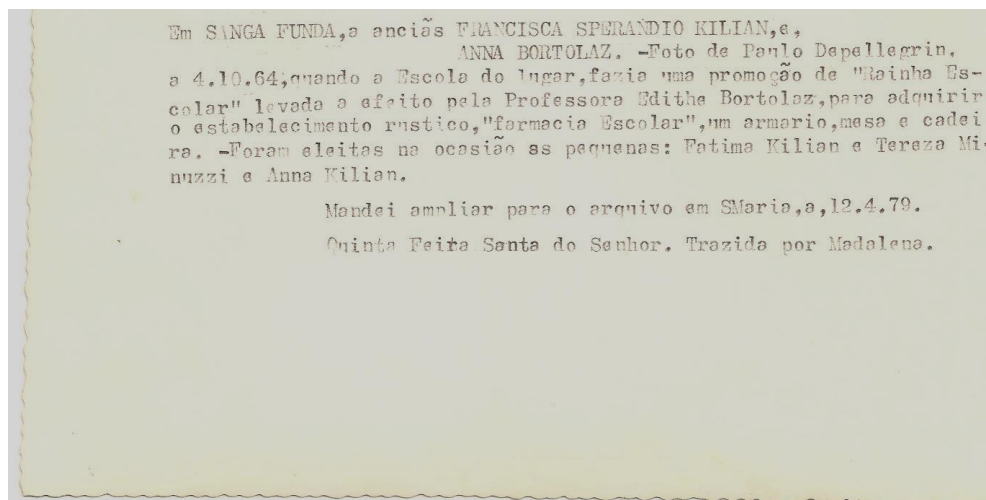


Figura 19 – Exemplo de descrição datilografada. Fonte: acervo do CPG.

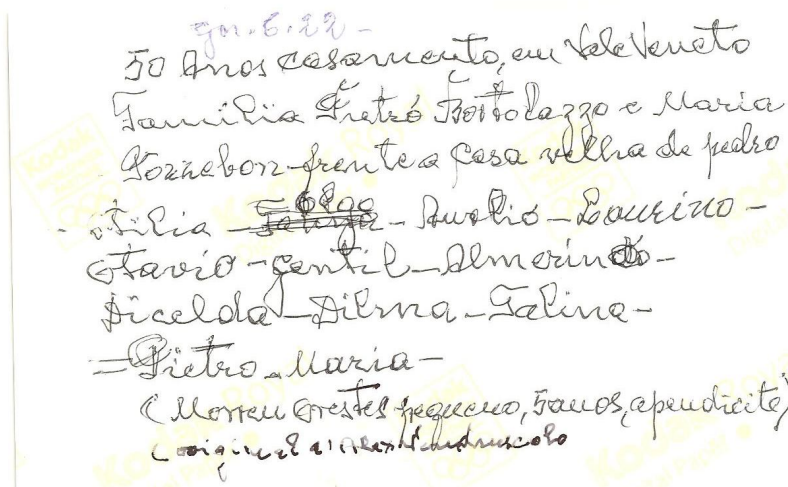


Figura 20 – Exemplo de descrição manuscrita à caneta. Fonte: acervo do CPG.

Quando à nitidez das imagens, 112 do total das fotografias apresentaram-se nítidas, enquanto que 23 apresentaram pouca ou nenhuma nitidez. Das imagens nítidas, 24 apresentarem algum problema de deterioração, sendo que 6 apresentaram problemas em conjunto, a saber: manchas brancas com sujidades, manchas de ferrugem com sujidades, manchas de cola com riscos, manchas de cola com vincos, riscos, rasgos com amarelecimento, manchas de cola, rasgos e vincos. Problemas isolados apareceram em 18 fotografias: manchas de cola, amarelecimento, manchas brancas e vincos. Dentre as fotografias com problemas de nitidez, 5 apresentaram outros sinais de deterioração, em conjunto ou isolado: manchas de cola e riscos, manchas brancas e amarelecimento.

A maioria das fotografias, no total de 62, estão afixadas por meio de cola aos álbuns projetados pelo Padre Luiz Sponchiado. 35 estão soltas, 38 estão dentro de envelopes.



Figura 21 – Fotografia amarelada e manchada pertencente à família Leonardi. Fonte: acervo do CPG.



Figura 22 – Fotografia manchada, rasgada e com vincos pertencente à família Leonardi. Fonte: acervo do CPG.



Figura 23 – Fotografias pertencentes à família Cassol afixadas aos álbuns projetados pelo Padre Sponchiado. Fonte: acervo do CPG.

De maneira geral há uma grande preocupação da instituição e da comunidade em geral com a preservação de todo o acervo do CPG. O contato com a instituição, segundo informações obtidas junto aos funcionários, acarreta nas pessoas um misto de “admiração, encantamento e às vezes comoção”. As necessidades quando da construção do CPG foram atendidas, mas atualmente devido ao aumento do acervo, há uma necessidade de um novo espaço, bem como um programa de informatização e preservação do acervo.



Figura 24 – Construção do nosso espaço destinado ao CPG. Fonte: acervo pessoal da autora.

O novo espaço que vem sendo construído, localizado à Rua Almirante Tamandaré (rua atrás do local atual), segundo os funcionários do CPG, visa suprir estas necessidades, tornando-se uma sede própria que contará com uma estrutura semelhante à atual, além de copa, banheiros, uma ampla sala de pesquisa e sala de restauração de documentos.



## 9 MANUAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO CPG

O Manual de Preservação do Acervo Fotográfico do CPG de Nova Palma (APÊNDICE C) compreende o produto final desta dissertação do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria e constitui importante instrumento para a preservação do patrimônio fotográfico da instituição analisada. Este patrimônio revela a história da imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul, sendo um fator propulsor da memória dos imigrantes e de seus hoje descendentes. Assim, este instrumento configura-se como fundamental para manter viva a história registrada através das imagens doadas, coletadas e fotografadas por Padre Luiz Sponchiado.

Através deste produto, é possível aos funcionários e consultantes o conhecimento e adoção de medidas eficazes à preservação fotográfica, contribuindo para o aumento da sua vida útil e para o uso seguro e adequado das informações. Cabe lembrar que a utilização deste Manual não é estanque, deve ser sempre revisto, atualizado e estudado, pois novas situações hão de surgir e o que hoje nele está compreendido sugere o momento atual, resultado que está disponível no diagnóstico aqui apresentado. Neste instrumento foram retratadas situações mais comuns de perigo às fotografias, como riscos ambientais, agentes biológicos, falta de asseio, uso de materiais e móveis incorretos, bem como acesso e manuseio sem restrições. Por estas razões, estas questões foram consideradas cruciais e estão elucidadas neste Manual, através de 12 capítulos: *Apresentação, Breve História da Fotografia, Acondicionamento, Armazenamento, Agentes Biológicos, Condições Ambientais, Higienização, Incêndios, Inundações, Manuseio, Poluentes e Segurança e Acesso.*

O Manual tem por intenção ser claro aos funcionários e usuários do CPG e por isso utiliza-se de uma linguagem simples cores como recursos didáticos para destacar questões importantes. Muito mais que isso, é preciso que todos os funcionários e usuários estejam engajados na preservação do acervo fotográfico, como forma também de preservar a sua história. E para corroborar com esta proposta, este Manual será divulgado e distribuído à instituição, como forma de colaborar à sua atuação.

## 10 CONCLUSÃO

A problemática apresentada a esta dissertação teve por intuito o estabelecimento de estratégias e diretrizes eficazes à preservação do acervo fotográfico do CPG e como ponto de partida permitiu a delimitação dos problemas e dificuldades da instituição e o planejamento de um Manual acessível e útil à instituição, seus funcionários e consultantes. Preservar estas fotografias é resgatar a história dos imigrantes italianos e descendentes, bem como reconhecer o papel do Padre Luiz Sponchiado na construção deste patrimônio cultural. Desta maneira, as imagens integrantes deste acervo permitem um elo entre o ontem e o hoje, fazendo com que os indivíduos sintam-se pertencentes àquele instante registrado, ou seja, sintam-se como agentes da história.

O crescente interesse no estudo da imigração italiana na região central do Rio Grande do Sul, bem como a reconstituição genealógica das famílias, faz com que haja um relevante interesse do CPG em preservar seu patrimônio documental e dentre este também as fotografias. Diante desta questão, é preciso reconhecer que as carências institucionais são muitas, desde espaço adequado, mobiliários, equipamentos e funcionários, mas, sobretudo a necessidade de conhecimento quanto às questões concernentes à preservação, neste caso a fotográfica. Com este estudo foi possível perceber que muitas destas questões se desenvolvem principalmente pela falta de apoio financeiro, que prejudica a adoção de medidas eficazes à preservação. O espaço físico não foi planejado visando condições adequadas de luminosidade, temperatura, umidade, compartimentalização adequada e o uso de materiais neutros. Além disso, aspectos de segurança não foram observados, como restrição de acesso à Sala de Documentação, uso de alarmes e a manutenção de portas e janelas fechadas. O mobiliário por sua vez não é o mais adequado, a madeira dos armários pode atrair cupins e outros insetos e as estantes em aço não protegem os materiais do pó e luminosidade. A falta de climatizadores de ar e desumidificadores favorecem as oscilações de temperatura e umidade provocando danos às fotografias e o surgimento de microorganismos. Outro fator observado foi a adequação de caixas de camisa para o acondicionamento dos documentos, estes que estão reunidos independentemente dos seus materiais, ou seja, as fotografias estão junto a recortes de jornais e outros tipos de documentos, bem como muitas estão coladas a outros papéis. Apesar das condições, a maioria das fotografias apresentaram poucos sinais de deterioração, sendo estes na sua maioria amarelecimento, manchas de ferrugem e descrições à caneta.

A elaboração do diagnóstico permitiu identificar as maiores carências da instituição e desta forma elaborar as diretrizes para a preservação do seu patrimônio fotográfico. A partir

disto, foi possível definir os principais aspectos a serem adotados e para tanto subsídios foram traçados tendo por base a literatura arquivística que permitiu o conhecimento de diversas medidas de preservação fotográfica. Assim, foi elaborado o Manual de Preservação do Acervo Fotográfico do CPG, que elencou condições relevantes e úteis aos funcionários e consulentes da instituição, principalmente no que diz respeito aos agentes biológicos, condições ambientais, higienização, prevenção a incêndios e inundações, poluentes, manuseio, segurança e acesso.

Busca-se através deste instrumento que a instituição adote as medidas necessárias à preservação do acervo fotográfico, bem como oriente os consulentes quanto ao correto manuseio das fotografias. Assim, será possível manter vivo o patrimônio cultural e a memória que estão contidos nas fotografias do CPG e que há mais 50 anos, sob a liderança e o esforço desempenhados pelo Padre Luiz Sponchiado, configuram papel relevante na história da imigração italiana da Região Central do Rio Grande do Sul, evitando que os hábitos, costumes e valores desta gente permaneçam à margem da lembrança.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Lucia de. **Acondicionamento e guarda de acervos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1999. (Documentos Técnicos, 5)

ALBUQUERQUE, Marli Brito M; KLEIN, Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 297 – 305, jul/set. 1987.

AMADOR, Milton C. P. Imigração e Memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2007, Concórdia. **Anais...**Concórdia: Universidade do Contestado, 2007. p. 1-14.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1999.

ARAUJO, Ruhana B. da S. et al. Foto-fragmentos de memórias pessoais: olhar do estudante de Biblioteconomia da UFPE. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33, 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...**João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/jspui/bitstream/123456789/60/1/11-125-1-PB.pdf>. htm>. Acesso em: 11 jun. 2012.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro, 2000.

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo**. Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, T. de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982. :

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARUKI, Sandra; COURY, Nazareth. **Treinamento em conservação fotográfica: a orientação do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte**. 3 ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. p. 3-10. (Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica, 1)

BITTAR, Yuri **Fotografia e memória: lendo fotografias**. [S.l.:s.n], 2008. Disponível em: <<http://www.confoto.art.br/artigos24.php>>. Acesso em 20 ago. 2010.

BLAYA PEREZ, Carlos. **Os diferentes tipos de usuários de arquivos**. Santa Maria: Curso de Arquivologia – UFSM, 2002. (Caderno de Arquivologia, 1).

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. 2011. 347 f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

BONIN, Jiani A. Mídia e memória: explorações sobre a configuração dos *palimpsestos* midiáticos de memória étnica italiana. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 83 - 102, mar.2009.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p.31-39, jun. 2006.

BRASIL. Decreto - lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 1937. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) >. Acesso em: 17 set. 2012.

BRASIL. Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 4 jan. 2002. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm) >. Acesso em: 17 set. 2012.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 9 jan. 1991. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm) >. Acesso em: 17 set. 2012.

BUENO, Eduardo Luís. **Preservação de documentos fotográficos: um estudo multicaso**. 2010. 68 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CARRASCO, Gessonia L. de A. **Manual de conservação de acervos**. Joinville SC: Arquivo Histórico de Joinville, 2000.

CARTIER-BRESSON, A. **Uma nova disciplina: a conservação-restauração de fotografias**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 3 ed. rev., 2004. p3 -7. (Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica, 3)

CASSARES, Norma C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Como fazer, 5).

CERVO, A. L. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: DE BONI, Luís A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. v. 2 Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 2 v.

CLARK, S.; WINSOR, P.; BALL, S. **Conservação de material fotográfico**. São Paulo: EDUSP, 2005. p.35-47 (Museologia Roteiros Práticos, 9).

COLLIER JR. J. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EDUSP, 1973.

COSTA, F. **Reprodução fotográfica e preservação**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004. (Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica, 2).

COSTA, Marilene F. **Noções básicas de conservação preventiva de documentos**. Rio de Janeiro: CICT. Ministério da Saúde. Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). 2003.

DALMOLIN, Catia. Em nome da pátria: italianos e italo-brasileiros na região central do RS, 2004. Disponível em: <http://labhstc.ufsc.br/files/2012/09/CatiaDalmolin.doc>. Acesso em 24 ago 2012.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO. Arquivo Público do Paraná. **Preservação de documentos de arquivo**. Curitiba, 2007.

DRUMOND, Maria C.de P. Preservação e conservação em museus. **Caderno de Diretrizes Museológicas**, Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais, 2006, p.107-133.

FERRARI, Renata et. al. Conflitos no uso e cobertura da terra no município de Nova Palma, RS. **Ciência e Natura**, v. 30 (2), 127 - 139, 2008.

FILLIPI, Patricia de; LIMA, Solange. F.; CARVALHO, Vania C.de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002 (Projeto Como Fazer, 4).

FISCHER, Monique C.; ROBB, Andrew. **Indicação para o cuidado e a identificação da base de filmes fotográficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

FUENTES DE CÍA, Angel M. Conceptos básicos para la preservación de colecciones fotográficas. **Manual para el uso de archivos fotográficos**. Universidad de Cantabria, 1997, p. 113-140.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo**. 2008. 518f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil (Séculos XIX e XX). In: Luis A. A **presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. p.74 – 101

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010 Rio Grande do Sul**. Brasil, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rio\\_grande\\_do\\_sul.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf)>. Acesso em 20 out. 2010.

KOSSOY, Boris. Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1/2, jan./dez. 1993.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o Efêmero e o Perpétuo**. São Paulo: Ateliê, 2007.

LACERDA, Aline L. Os sentidos da imagem: fotografias em arquivos pessoais. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 41-54, jan./dez. 1993.

LAGO, Adriano et al. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de extensão. In: CONGRESSO DA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 65., 2006. **Anais...**Fortaleza: SOBER, 2006, p.1-13.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos de relatório, publicações e trabalhos científicos.** 4 ed. São Paulo : Atlas, 1992.

MACHADO, Arlindo A **Ilusão Especular.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANFIO, Vanessa. **O papel da CAMNPAL na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma (RS),** 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre, EST, 1987. p.169-186

MARCONDES, Marli. A importância da conservação fotográfica na preservação da memória. **Revista de Educação do Cogeime.** Ano 11. nº 20. junho/2002. p.121-125

MARCONDES, Marli. **Conservação e preservação de coleções fotográficas.** [s.l., s.n], 2005. Disponível em: [http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia02/conservacao\\_de\\_colectoes.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia02/conservacao_de_colectoes.pdf). Acesso em 18 ago. 2010.

MARIN, Jéri R. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex colônia Silveira Martins. **Imaginário.** São Paulo: USP, v.13, nº 14, 2007.p.167-197

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo.** Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.73-98,1996.

MERILLAS, Olaia Fontal. **La educación patrimonial teoria y practica en el aula, museo y internet.** Gijón, Trea, 2003. 303 p.

MORTARI, Elisangela C. M. **Identidades negociadas: o rádio e a construção simbólica da Quarta Colônia/RS.** 2004. 219 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MOSCIARO, C. **Diagnóstico de conservação em coleções fotográficas.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009. (Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica, 6)



MUSTARDO, P.; KENNEDY, N. **Preservação de fotografias:** métodos básicos para salvar suas. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2004. (Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica, 2)

OGDEN, Sherelyn. **A proteção de livros e papel contra o mofo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos)

OGDEN, Sherelyn. **Armazenagem e manuseio.** 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001 (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos)

OGDEN, S. **Salvamento de fotografias em caso de emergência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

PADOIN, Maria Medianeira. Uma experiência acadêmico-científica na organização e na informatização o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) sobre imigração italiana na Quarta Colônia Imperial do RS, Brasil. **Revista Del Cesla**, n.4, Año tercero,2002.

PAVÃO, Luis. **Conservação de coleções de fotografia.** Lisboa: Dinalivro,1997.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos:** imigração italiana e memórias de mulheres. 2008. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSAURO, Maiquel. Ajude a contar a história da imigração italiana. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 7 jan. 2011. Caderno Quarta Colônia, p.8.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado:** um empreendedor em Nova Palma. 1996. 92 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996.

ROSSATO, Paula Savegnago. **O sistema termodinâmico do clima urbano de Nova Palma, RS:** contribuição ao clima urbano de cidades pequenas, 2010. 119f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SANTIN, Silvino. Aos 125 anos Quarta Colônia quer reencontrar seus caminhos. **Correio Riograndense**. Caxias do Sul, 8 mai. 2002. Edição nº

SANTIN, Silvino. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

SANTIN, Silvino. Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Quarta Colônia. In: MARIN, Jérri R. (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 11 – 24p.

SCAPIN, Marilene. **Mulheres descendentes de imigrantes italianos na Quarta Colônia: mitos e estereótipos**. 2002. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

SILVA, Rosi Cristina da. **O profissional da informação como mediador entre o documento e o usuário: a experiência do acervo fotográfico da fundação Joaquim Nabuco**. 2007 Disponível em: < [http://www.aargs.com.br/cna/anais/rosi\\_silva.pdf](http://www.aargs.com.br/cna/anais/rosi_silva.pdf)> Acesso em: 15 out. 2011.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006

SIMONETTI, Fernanda. Mulheres camponesas, descendentes de imigrantes italianos. In: **X Encontro Estadual de História - ANPUH - RS**, 2010, Santa Maria. X Encontro Estadual de História, 2010.

SITE OFICIAL DE NOVA PALMA. RS. **Histórico**. Nova Palma, 2011. Disponível em: <<http://www.novapalma.rs.gov.br/portall/municipio/historia.asp?IdMun=100143263>>. Acesso em: 20 out. 2011.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, M. C. **Noções sobre biodeterioração em acervos bibliográficos e documentais**. v.2. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2003.

SPINELLI JÚNIOR, J. **A conservação de acervos bibliográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Bib Nacional/Dep. de Processos Técnicos, 1997. (Documentos técnicos, 1)

SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia - RS**. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma & Pe. Luizinho. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

SPONCHIADO, Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre:EST, 1987. p. 425 - 446

STEFANELLO, Liriana Z. **História, memória e patrimônio**: fundamentos e sensibilizações da comunidade de Nova Palma (CPG e Museu Histórico). 2010. 172f. Dissertação. (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, museu e patrimônio cultural**: imigração italiana e o município de Nova Palma. 2008. 64 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

STRELCZENIA, Marisa. Fotografia y memoria: la escena ausente. In: **II Jornadas de Fotografia y Sociedad**. Facultad de Ciencias Sociales (UBA), Septiembre de 2001. Disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/20/ausencia/Strelczenia.pdf> . Acesso em 22 out 2011.

TREBIEN, Rosângela C.; VALENTE, Valdemar. A organização socioeconômica e espacial da cidade de Nova Palma – RS. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v.15, n.1, p.1-16, 2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Manual de gestão arquivística**. Cuiabá, 2010. 437p.

VELASCO E CRUZ, N. Fotografia de família e memória: deslocamentos da arte contemporânea. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.7, n.11, p.137-155, jul./dez. 2011.

VENDRAME, M. I. **“Lá éramos servos aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914), 2007. 235f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

YAMASHITA, M. M.; PALETTA, F. A. C. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006

ZANINI, Maria Catarina C. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista USP**, São Paulo, n.72, p. 161-170, dezembro/fevereiro 2006-2007

ZANINI, Maria Catarina C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 521 -547, out. 2007.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Reportagem sobre a morte do Padre Luiz Sponchiado**

Previsão para amanhã

↑ 21 °C  
↓ 11 °C



Próximos dias >>

Santa Maria  
23 de Outubro de 2012

# DIÁRIO DE SANTA MARIA

- Capa
- Blogs
- Plantão
- Galeria de fotos
- Vídeos
- Fale com a redação
- Eleições 2012
- Diário Farroupilha
- RSS
- EDIÇÃO IMPRESSA
- Colunas e Charges
- Diário 2
- Economia
- Esportes
- Geral
- Opinião
- Polícia
- Página 2
- Política

Notícias

RSS
Voltar

 Imprimir | 
  Enviar | 
  Corrigir | 
  Comentar | 
 Letra A- | A+

GERAL | 16/03/2010 21h38min

## Padre Luiz Sponchiado morreu nesta terça-feira

Religioso tinha 88 anos e atuava em Nova Palma

O padre Luiz Sponchiado, 88 anos, morreu nesta terça-feira, vítima de falência de múltiplos órgãos, no Hospital de Caridade de Santa Maria. Nascido em Novo Treviso, distrito de Faxinal do Soturno, o religioso dedicou a vida a trabalhos sociais que modificaram o cenário da região. Foi o fundador da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (Camnpal), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Hospital Nossa Senhora da Piedade, e do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

Ele está sendo velado na Igreja Matriz de Nova Palma. Às 16h desta quarta-feira, o bispo dom Hélio Rubert, juntamente com religiosos da região, realizará uma missa. Logo após, o corpo será enterrado no Cemitério de Nova Palma. A prefeitura deve decretar luto oficial de três dias pela morte do padre.

diário de santa maria

### Comente esta matéria

MAIS NOTÍCIAS

NOTICIÁRIO 23/10/2012 19h14min  
Resumo do Correspondente Ipiranga 18h50 - Rádio Gaúcha

ESPORTES 23/10/2012 19h11min  
Luxa diz ter vontade de ficar no Grêmio "hoje", mas não descarta o Inter no futuro

NOTICIÁRIO 23/10/2012 18h09min

**PADRE** Luiz Sponchiado morreu nesta terça-feira. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 16 mar.2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/dsm/19,18,2840215,Padre-Luiz-Sponchiado-morreu-nesta-terca-feira.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

**ANEXO B – Primeiras famílias de imigrantes italianos na 4ª Colônia**



TABELA 1 - Primeiros imigrantes italianos da Quarta Colônia.

Nº	NOME	Quant.	Doc.	Procedência
1	Agosti Gulielmo	8	5.120	TI
2	Balen Biaggio	4	8.175	BL
3	Benvenuti Anton.	6	7.159	TN
4	Bertolini Antoni.	9	7.60	UD
5	Biazus Lorenzo	4	7.51	BL
6	Bondioli Mansue.	4	5.122	MN
7	Borin Matheo	1	5.38	VI
8	Bortolaz Angelo	4	7.68	BL
9	Bortolaz Felice	5	5.139	BL
10	Bronzatti Natale	7	5.92	VR
11	Caeran Giuseppe	2	7.23	TV
12	Cassol Antonio	10	5.143	BL
13	Cassol Pietro	6	5.67	BL
14	Centi carlo	3	1.154	TN
15	Cora Giovanni	8	5.122	TN
16	Coscienza Benedet.	6	7.55	BL
17	Cossetin Pietro	4	8.110	UD
18	Dalla Corte Giac.	5	8.170	BL
19	Dalla Corte Vitor.	6	7.49	BL
20	Dalleaste Domen.	6	5.71	TN
21	Daltruzo Giacomo	5	7.67	TN
22	Danesi Luigi	8	7.108	MN
23	Demichei Michel.	4	5.14	BL
24	Dotto Antonio	7	6.50	TV
25	Dotto Davide	10	6.50	TV
26	Dotto Domenico	3	6.50	TV
27	Dotto Francesco	5	9.53	TV
28	Dotto Felice	8	6.51	TV
29	Dotto Pietro L.	4	6.51	TV
30	Dotto Giuseppe	2	8.39	TV
31	Emmanueli Giuspe	4	7.99	TN
32	Fantinel Antonio	7	4.153	BL
33	Felin Massino	3	7.50	TL
34	Felin Fortunato	4	7.44	TN
35	Gelmo Giuseppe	2	7.102	TN
36	Gelmo Simeone	1	7.102	TN
37	Giuliani Giacomo	1	5.126	TN
38	Leonardi Gerolomo	5	5.173	TN
39	Lucca Andréa	4	7.2	TN
40	Giovanni Lucca	7	7.31	TN
41	Lucca Guerrino	5	7.2	TN
42	Lucca Pietro	2	7.188	TN

TABELA 1 - Primeiros imigrantes italianos da Quarta Colônia.(Continuação)

Nº	NOME	Quant.	Doc.	Procedência
43	Manifiori Giovanni	7	7.45	TI
44	Martini Antonio	4	7.44	BL
45	Martini Lorenzo	2	5.178	BL
46	Massariol Carlo	4	5.128	TV
47	Marzari Domenico	6	7.44	VI
48	Mengarda Giuseppe	1	7.68	TN
49	Mezzomo Francesco	4	7.17	BL
50	Missao Giobattista	7	6.99	UD
51	Morizzo Carlo	5	5.129	TN
52	Mugnani Antonio	4	9.11	MN
53	Paniz Domenico	3	5.131	BL
54	Pascoalin Angelo	1	6.107	TV
55	Pettuco Francesco	4	9.112	VR
56	Perobelli Bortolo	4	7.70	VR
57	Pozzobon Fiorino	4	6.121	TV
58	Pozzobon Gioachino	5	6.121	TV
59	Pozzobon Luigi	5	6.121	TV
60	Pozzobon Paolo	2	121.6	TV
61	Protti Giovanni	3	7.88	UD
62	Ravina Pietro	6	9.40	TI
63	Reck Domenico	6	7.61	TN
64	Reck Michelle	8	7.75	TN
65	Reck Quirino	4	8.96	TN
66	Rigo Giacomo	2	8.35	MN
67	Rigo Luigi	2	7.183	MN
68	Sachet Pietro	6	7.39	BL
69	Sartori Giuseppe	6	5.133	TV
70	Salla Pietro	3	7.26	BL
71	Savian Pietro	4	7.72	TV
72	Schio Giacomo	3	7.76	VI
73	Segabinazzi Felipo	5	7.45	TI
74	Segabinazzi Franc.	3	7.44	TI
75	Tondo Angelo	6	6.141	UD
76	Viecelli Michelle	5	7.120	BL
77	Vincentini Caetano	3	7.45	BL
78	Zambonato Giuseppe	3	7.43	TN
79	Zambonato Giuspe F <sup>o</sup>	10	7.43	TN
80	Monaco Davide	1	7.77	BL

FONTE: Centro de Pesquisas Genealógicas.

SCAPIN, Marilene. **Mulheres descendentes de imigrantes italianos na Quarta Colônia: mitos e estereótipos.** 2002. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Questionário**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO  
PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

Eu, Flávia Pozzebon, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, solicito sua colaboração para responder este questionário. Sua participação é muito importante e servirá de apoio à realização da dissertação intitulada “Estratégias de Preservação do acervo fotográfico do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (RS)”, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Blaya Perez.

Antecipadamente agradecemos a sua colaboração e nos colocamos à disposição para responder qualquer dúvida.

E-mail: [flaviapozz@hotmail.com](mailto:flaviapozz@hotmail.com)

Telefone: (55) 9614-0632

<b>Estrutura e funcionamento</b>
----------------------------------

1 Como se apresenta a estrutura física do Centro de Pesquisas Genealógicas (salas de consulta, leitura, acervo, etc.)?

.....  
.....

1.1 Ela atende as necessidades da instituição?

.....  
.....

2 O espaço destinado à instituição é próprio?

(...)Sim                      (...)Não

2.1 Em caso de resposta negativa: há possibilidade da aquisição de sede própria? Como está será definida e estruturada? Ela atenderá as necessidades da instituição?

.....  
.....

<b>Recursos financeiros, humanos e materiais</b>
--

3. Qual é o número total de funcionários (incluindo bolsistas, estagiários e voluntários) que atuam junto ao Centro de Pesquisas Genealógicas?

.....  
.....

4. Quais são as funções desempenhadas pelos funcionários junto à instituição?

.....  
.....

5. Qual a formação/escolaridade destes funcionários?

.....  
.....

6. Há programas de treinamento para a equipe de funcionários e usuários?

(...)Sim                      (... )Não

6.1 Em caso afirmativo, quais as modalidades?

.....  
.....

7 Como se dá a manutenção financeira da instituição?

.....  
.....

8. Há participação do Poder Público, convênios com outras instituições ou inscrição de projetos através de Leis de Incentivo à Cultura para captação de recursos financeiros e ampliação da equipe de funcionários e colaboradores?

(...) Sim                      (... )Não

8.1 Em caso afirmativo como é realizado?

.....  
.....

9. Quanto aos materiais de guarda e acondicionamento do acervo fotográfico:

9.1 Quais os mais utilizados?

.....  
.....

9.2 São suficientes?

.....  
 .....

9.3 Como são adquiridos?

.....  
 .....

9.4 Quais os critérios para a seleção dos materiais?

.....  
 .....

9.5 Há preocupação em relação à qualidade dos mesmos? (Por exemplo: as fotos são acondicionadas em papel neutro?)

.....  
 .....

<b>Acervo, acesso, difusão e pesquisa</b>
---

10. Qual a estimativa da quantidade total de documentos?

.....  
 .....

11. Qual a composição do acervo?

.....  
 .....

12 Quais são as condições estabelecidas para acesso ao acervo documental do Centro de Pesquisas Genealógicas?

.....  
 .....

13. Existem medidas de controle e restrição quanto a este acesso?

.....  
 .....

14. Realizam empréstimos de documentos?

(...) Sim                      (... )Não

14.1 Em caso afirmativo: como eles são realizados?

.....  
.....

15 Há programa de difusão da instituição?

(...) Sim                      (...) Não

15.1 Em caso afirmativo, quais as ações mais realizadas? (Exposições, catálogos, *web sites*, entre outros)

.....  
.....

16. Quais são os documentos mais consultados?

.....  
.....

17. Qual a média mensal de consultas?

.....  
.....

18. Elenque as principais finalidades das pesquisas:

.....  
.....

19. Qual o perfil dos consulentes que procuram a instituição?

(...)Genealogistas                      (...)Jornalistas                      (...)Historiadores  
(...)Estudantes                      (...) Outros. Quais?.....

.....  
.....

20 Qual a impressão dos usuários ao conhecer o Centro de Pesquisas Genealógicas?

.....  
.....



<b>Acervo fotográfico</b>
---------------------------

21. Qual é o número estimado de fotografias (considerando as originais e as reproduções em papel fotográfico) junto à instituição?

.....  
.....

22. Qual a fotografia mais antiga que compõe o acervo? Em que ano foi feita?

.....  
.....

23. Quais os temas mais retratados nas fotografias?

.....  
.....

24. Há cópias e digitalizações das fotografias?

.....  
.....

25. Como estão organizadas as fotografias?

.....  
.....

26. Quais as medidas de preservação adotadas em relação ao acervo fotográfico?

.....  
.....

27. Como se dá o acondicionamento das fotografias?

.....  
.....

28. Existe preocupação em relação à temperatura, umidade relativa, luminosidade em relação a este acervo?

(...)Sim                      (...)Não

28.1 Em caso afirmativo, quais as medidas adotadas?

.....  
.....

29 De que forma é realizada a higienização das fotografias? E com que frequência?

.....  
.....

30 A instituição dispõe de recomendações aos usuários quanto ao manuseio das fotografias?

(...)Sim                      (... )Não

30.1 Em caso afirmativo, quais são as recomendações?

.....  
.....

31. Como as fotografias são inseridas junto ao acervo? (Doações, aquisições etc.)

.....  
.....

32. A instituição continua recebendo/produzindo fotografias?

(...)Sim                      (... )Não

32.1 Em caso afirmativo, como se dá este processo?

.....  
.....

33 Existem condições especiais ou restrições de acesso ao acervo fotográfico?

(...)Sim                      (... )Não

33.1 Em caso afirmativo, quais são estas condições?

.....  
.....

34 A instituição permite a reprodução das imagens?

.....  
.....

34.1 Como ela é realizada?

.....  
.....

**APÊNDICE B – Planilhas de tabulação**



**APÊNDICE C – MANUAL DE PRESERVAÇÃO FOTOGRÁFICA DO CPG**